



CEESP

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

Relatório da administração	3
Demonstração do resultado.....	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração dos fluxos de caixa.....	15
Balço patrimonial	16
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	18
Demonstração do valor adicionado	19

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1. Considerações gerais	20
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis	
3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgaões	25
4. Receita líquida	25
5. Custos e despesas	28
6. Resultado financeiro	30
7. Caixa e equivalentes de caixa	30
8. Contas a receber	31
9. Outros ativos.....	32
10. Cauões e depósitos judiciais.....	33
11. Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	33
12. Ativos sujeitos à indenização.....	37
13. Investimentos	39
14. Imobilizado	41
15. Intangível.....	43
16. Fornecedores.....	46
17. Debêntures.....	46
18. Encargos setoriais	48
19. UBP - Uso do bem público.....	48
20. Obrigaões socioambientais.....	49
21. Contratos futuros de energia	49
22. Benefícios pós-emprego	50
23. Provisão para litígios.....	55
24. Outros passivos	57
25. Transações com partes relacionadas	58
26. Patrimônio líquido	61
27. Instrumentos financeiros e gestão de risco	65
28. Risco do negócio	73
29. Seguros (não revisado pelos auditores)	74
30. Compromissos de longo prazo	74
31. Informações por segmento	74
32. Evento subsequente	74

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	76
Parecer do Conselho Fiscal	85
Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário	86
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstraões Financeiras e Relatório do Auditor Independente.....	88

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021, ainda que bastante desafiador em termos hidrológicos, foi marcado por muitas conquistas para a CESP. Avançamos em uma série de projetos fundamentais para garantia de um futuro sustentável para o negócio que a Companhia passa a contribuir a partir de agora, com a formação da nova empresa, a Auren Energia S.A.

Em 2021 avançamos na gestão de nosso balanço energético, na nossa estratégia comercial de longo prazo, demos continuidade aos ganhos de eficiência para o negócio e demos importantes passos em nossa agenda ESG.

A crise hídrica teve efeito relevante no nosso desempenho financeiro em 2021. Como todas as geradoras de energia hidrelétrica no SIN, a CESP foi penalizada pela queda na geração de energia hidroelétrica em âmbito nacional e a consequente deterioração do GSF. Ainda assim, tivemos êxito em nossa estratégia comercial, que além de outras frentes, envolvia a aquisição de energia de forma antecipada e com preços competitivos para que pudéssemos equilibrar nosso balanço energético de 2021 e 2022.

Se por um lado a crise nos trouxe um cenário desafiador pelo lado da compra de energia, na ponta vendedora, a CESP conseguiu capturar as janelas de oportunidades, principalmente na venda de energia a partir de 2024. Durante todo o ano, avançamos em nossa estratégia *go-to-market*, que visa a ampliação e diversificação da base de clientes buscando a redução de riscos e maximização de resultados.

Um outro grande destaque de atuação em 2021 foi o gerenciamento do contencioso passivo. Seguimos dedicados à resolução, por julgamentos e negociações, da carteira de ações judiciais, buscando constantemente a redução do risco. Finalizamos o ano de 2021 com uma redução, após a correção monetária, de R\$1,8 bilhão nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2020, corroborando com nossa estratégia de desmonte da carteira. A redução aqui mencionada resultou em uma queda no ano de 24%, ou R\$ 419 milhões, do saldo de perda provável, aquela parcela do contencioso passivo integralmente provisionada.

Na frente operacional, seguimos trabalhando para melhorar, cada vez mais, a gestão de nossos ativos mesmo frente a todas as dificuldades relacionadas à crise hídrica. Também neste ano, as UHEs Paraibuna e Porto Primavera aderiram à repactuação do GSF, resultando no reconhecimento de R\$782 milhões como ressarcimento e extensão do prazo de concessão das usinas em 15 meses e 7 anos, respectivamente.

Um movimento bastante importante em 2021 foi a aprovação pela PREVIC do processo de migração do plano de previdência da VIVEST. A migração segue vigente e deve ser concluída no primeiro semestre deste ano, representando mais uma importante iniciativa em nosso plano de mitigação do risco atuarial para a Companhia.

Na frente de ESG, nossa agenda evoluiu enormemente. Demos continuidade na implantação da Plataforma de Sustentabilidade da CESP, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na matriz de materialidade. Nosso foco é a proatividade ambiental e climática, desenvolvimento humano em particular nas comunidades nas quais estamos inseridos e crescimento inclusivo. Como resultado, a MSCI Inc., principal agência de classificação de riscos ESG, elevou o nosso rating socioambiental de “BBB” para “A” (em uma escala de CCC – AAA), a segunda revisão positiva da nota da CESP em menos de dois anos.

Enquanto todas essas frentes avançavam, a Companhia recebeu de seus acionistas controladores uma proposta de reorganização societária visando a criação de uma das principais companhias de capital aberto do setor elétrico brasileiro, mais um importante marco em nosso processo de transformação. Esta proposta foi analisada e avaliada por um Comitê Independente, sendo definida

e aprovada a relação de substituição entre as ações das companhias, pelo nosso Conselho de Administração em janeiro de 2022. A Assembleia que deliberou favoravelmente sobre o tema ocorreu em 15 de fevereiro deste ano.

Com isso, depois do cumprimento de todos os prazos legais aplicáveis e das condições precedentes da operação, as ações da CESP, em 25 de março de 2022 foram incorporadas e hoje a Companhia é uma subsidiária integral da Auren Energia S.A.

É recompensador olhar para trás e ver o que conquistamos desde a privatização da Companhia em 2018. Com esse sentimento de dever cumprido, ingressamos em uma nova fase, prontos para continuar trabalhando e buscando oportunidades que gerem cada vez mais valor aos nossos acionistas.

Agradecemos a todos que nos acompanharam nesta história e os convidamos para embarcar em um novo capítulo desta jornada de sucesso no setor elétrico brasileiro.

Mario Bertoncini

Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Marcelo de Jesus

Diretor Financeiro

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. (“SF 92”), resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera – produção independente de energia e UHE Paraibuna) com um total de 16 unidades geradoras, 1.627 MW de potência e 935 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado.

Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de junho de 2019, decidiu-se pela não renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Jaguari, que representava menos de 2% da sua energia assegurada total. Após o termo final de concessão do ativo, em maio de 2020, a CESP operou a usina em formato temporário até 31 de dezembro de 2020, quando a transferiu para o novo operador designado pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Portaria MME nº 409/2020.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na CESP, o objetivo da Governança Corporativa é de contribuir para a criação de valor aos acionistas e stakeholders da Companhia, em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da Companhia e seus negócios.

Dessa forma, a Companhia acredita firmemente que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa contribui para o sucesso e a prosperidade de todas suas atividades.

Neste sentido, a CESP segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia, seus acionistas e o mercado financeiro, como é o caso do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de todos os normativos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Além disso, a CESP busca continuamente incorporar novas práticas e condutas de Governança Corporativa, inclusive superiores ao requerido pelo Segmento de Listagem do Nível 1 da B3.

A CESP também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, um instrumento

importante para administradores e investidores acompanharem as práticas de Governança Corporativa das companhias brasileiras.

SUSTENTABILIDADE

A CESP configura-se no setor de energia como empresa sólida, com o compromisso de incorporar na estratégia de sua nova gestão e de seus negócios, as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, minimizando os impactos sociais e ambientais de suas operações.

Em 2021, a Companhia deu continuidade na implantação da agenda de ESG estabelecida em 2020 por meio, por exemplo, da criação da Plataforma de Sustentabilidade que, com base em uma análise integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e de uma avaliação de materialidade estabeleceu três linhas temáticas de atuação:

Proatividade ambiental e climática – Alinhar geração de energia elétrica à garantia dos usos múltiplos da água em ações desenvolvidas em prol da conservação do ecossistema, da minimização dos impactos das operações, da adaptação às mudanças climáticas, da educação ambiental e do bom relacionamento com a comunidade.

Desenvolvimento local e humano – Busca contínua de geração de valor e compromisso com a transparência na Administração, reforçando os compromissos com as partes interessadas: funcionários, comunidades, clientes, fornecedores e investidores. E isso se dá oferecendo condições de trabalho, saúde, segurança, bem-estar, diversidade e atuação transparente, garantindo direitos e oportunidades de desenvolvimento humano e geração de negócios.

Crescimento inclusivo – A sustentabilidade e a rentabilidade devem caminhar juntas. Por isso, deve-se focar na criação de programas socioambientais que impulsionem uma nova mentalidade entre funcionários e comunidade, proporcionando inclusão financeira, inclusão social e desenvolvimento de competências locais.

Ao longo de 2021 nossos esforços foram orientados pelas três linhas temáticas de nossa Plataforma de Sustentabilidade. Nesse contexto, desenvolvemos uma série de ações visando o amadurecimento de nossos processos de gestão de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, engajamos nossos colaboradores em nossos compromissos com as temáticas Ambientais, Sociais e de Governança.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP atingiu 796 MW médios, 23% inferior a 2020 (1.032 MW médios). A redução continua trazendo os efeitos da crise hídrica que tem impactado, principalmente, a bacia do rio Paraná, onde se encontra a UHE Porto Primavera.

O primeiro semestre e o quarto trimestre do ano de 2021 foram marcados pela crise hídrica, principalmente na região Sudeste do país a qual se manteve, sendo constatadas afluências próximas das piores séries históricas. Esse cenário fez com que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) autorizasse o ONS a despachar usinas termelétricas para garantir a segurança energética do país e, como consequência, a geração das usinas hidrelétricas foi reduzida para preservação dos níveis dos reservatórios. Dessa forma, o ONS implementou um menor despacho na UHE Porto Primavera com o objetivo de preservar o armazenamento das usinas.

É importante pontuar que a UHE Porto Primavera está localizada no final da cascata do rio Paraná, ficando abaixo (a jusante) da UHE Jupia e acima (a montante) da UHE Itaipu. As três usinas citadas operam em regime fio d’água, o que significa que não possuem capacidade significativa de regularização das vazões em seus reservatórios. Com isso, a geração de energia dessas usinas depende da vazão afluente proveniente das usinas localizadas a montante. No caso da bacia do rio Paraná, os principais reservatórios são os das UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos. Esta configuração da cascata hidráulica faz com que a redução da vazão nas usinas a fio d’água contribua para a preservação dos estoques de água nos reservatórios localizados a montante destes ativos.

Com relação à UHE Paraibuna, a programação de produção da usina se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No 4T21, o ONS reduziu a geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul (dentre elas a UHE Paraibuna) em função do início das chuvas que aumentou a vazão natural do rio, necessitando menos da complementação da vazão pelas usinas para atendimento às necessidades citadas. Desta forma, os reservatórios iniciam a recuperação de seu armazenamento.

Em 2021, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,8%, índice superior ao 95,7% de 2020, demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas em 2021 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional líquida em 2021 totalizou R\$2,3 bilhões, aumento de R\$376 milhões (+20%) em relação aos R\$1,9 bilhão em 2020, majoritariamente decorrente de:

- **Trading:** Aumento de R\$252 milhões em função do crescimento do volume e incremento significativo no preço médio (R\$249/MWh em 2021 vs. R\$156/MWh em 2020) das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora no período, com receita total de R\$364 milhões em 2021 vs. R\$112 milhões em 2020.
- **Mercado Livre – Contratos Bilaterais:** Incremento de R\$114 milhões explicado pelo maior preço médio dos contratos (R\$230/MWh em 2021 vs. R\$215/MWh em 2020), totalizando uma receita de R\$1,8 bilhão em 2021 vs. R\$1,6 bilhão em 2020.
- **Mercado Regulado – Leilão de Energia:** Aumento de R\$24 milhões decorrente do reajuste dos preços dos contratos (R\$259/MWh em 2021 vs. R\$247/MWh em 2020), com receita total de R\$522 milhões em 2021 vs. R\$498 milhões em 2020.
- **Energia de curto prazo¹:** Aumento de R\$17 milhões em decorrência da maior liquidação de energia neste mercado em 2021 em relação a 2020, totalizando uma receita de R\$72 milhões em 2021 vs. R\$55 milhões em 2020.
- **Instrumentos financeiros derivativos²:** Redução da despesa em R\$1,4 milhão pela leve melhora de resultados na liquidação entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado (Ptax) entre os períodos, totalizando uma despesa de R\$115 milhões em 2021 vs. R\$116 milhões em 2020.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Deduções:** Aumento da despesa em R\$26 milhões, explicado principalmente pelo aumento do PIS e COFINS, em linha com o aumento das receitas operacionais, totalizando deduções de R\$312 milhões em 2021 vs. R\$287 milhões em 2020.

¹ Contempla liquidações e ajustes financeiros nas faturas da CCEE.

² Instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar (R\$ 5,1967 em 31/12/2020 vs. R\$ 5,5805 em 31/12/2021).

Fonte: Banco Central do Brasil

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 973 milhões em 2021, frente a uma despesa de R\$ 1.104 milhões registrada em 2020, uma variação de R\$ 131 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

- **Custo de compra de energia:** Impacto negativo de R\$520 milhões (R\$1.122 milhões em 2021 vs. R\$603 milhões em 2020), decorrente principalmente do:
 - Incremento de R\$299 milhões nas compras para as operações de trading em 2021 (R\$383 milhões) vs. 2020 (R\$83 milhões), em linha com a estratégia da Companhia para o período.
 - Aumento de R\$223 milhões na energia comprada para equacionamento do balanço energético pela manutenção do cenário hidrológico desfavorável em 2021 (R\$699 milhões) vs. 2020 (R\$476 milhões), resultado de maior volume e preço de compra.
- **Provisão de *Impairment*:** A atualização anual do teste de *impairment* do ativo imobilizado gerou um efeito negativo de R\$256 milhões (provisão de R\$249 milhões em 2021 vs. reversão de R\$8 milhões em 2020). O impacto deriva do registro da extensão de concessão pela repactuação do GSF das usinas em agosto de 2021.

Efeitos compensados parcialmente por:

- **Repactuação do risco hidrológico:** Impacto positivo de R\$782 milhões (R\$483 milhões líquido de *impairment*) resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHES Paraibuna (R\$43 milhões) e Porto Primavera (R\$739 milhões); e
- **Reversão de provisão para litígios:** Impacto positivo de R\$159 milhões, devido à reversão de provisão no valor de R\$426 milhões em 2021 vs. R\$267 milhões em 2020, sendo este um efeito não-caixa.

EBITDA

(R\$ mil)	2021	2020	Δ
Lucro Líquido	440.827	1.728.762	-75%
IR e CSLL líquidos	264.612	(1.471.964)	-
Resultado financeiro	614.167	555.928	10%
= EBIT	1.319.606	812.726	62%
Depreciação e amortização	421.008	397.329	6%
EBITDA	1.740.614	1.210.055	44%
PDV	-	14.998	-
Reversão de provisão para litígios	(425.693)	(266.644)	60%
Baixa de depósitos judiciais	60.256	63.284	-5%
Repactuação GSF	(781.974)	-	-
<i>Impairment</i>	248.520	(7.589)	-
EBITDA ajustado	841.723	1.014.104	-17%
Margem EBITDA ajustado	36,7%	52,9%	-16 p.p.

Em 2021, o EBITDA ajustado totalizou R\$842 milhões com margem de 37%, valor 17% abaixo de 2020. As variações do EBITDA ajustado podem ser explicadas, principalmente pela queda na margem operacional do período em R\$171 milhões devido à manutenção do período hídrico desfavorável, impactando o volume e preço de compra de energia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2021 registrou despesa de R\$614 milhões comparado a despesa de R\$556 milhões apresentada de 2020. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- **Encargos de dívidas e atualização monetária de debêntures:** Incremento de R\$125 milhões devido ao aumento dos indexadores (CDI: 4,44% em 2021 vs. 2,78% em 2020; IPCA: 8,29% em 2021 vs. 3,21% em 2020) utilizados para cálculos da remuneração e atualização monetária das debêntures da Companhia, totalizando uma despesa de R\$255 milhões em 2021 vs. R\$130 milhões em 2020; e
- **Atualização do saldo de benefícios pós-emprego:** Despesa de R\$158 milhões em 2021 vs. R\$60 milhões em 2020, um aumento de R\$99 milhões, explicado principalmente pela atualização do saldo do passivo atuarial dos planos de pensão patrocinados pela Companhia.

Efeitos parcialmente compensados pela:

- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$148 milhões, decorrente da baixa significativa de provisão do contencioso entre os períodos e pela queda do IGP-M acumulado do período (17,78% em 2021 vs. 23,14% em 2020) totalizando R\$168 milhões em 2021 vs. R\$316 milhões em 2020.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2021 foi um lucro de R\$441 milhões, contra um lucro de R\$1,7 bilhão em 2020.

O saldo expressivo de 2020 se caracteriza pela revogação da ICVM nº 371/2002, que limitava em 10 anos o prazo máximo para a realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Com isso a Companhia constituiu o imposto diferido (IR/CSLL) de R\$1,6 bilhão, valor que contempla 100% do prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, garantido pela norma contábil que não limita o período para realização de impostos diferidos. Importante destacar que isso foi possível, uma vez que a realização de todo o IR/CSLL diferido será no período da concessão da UHE de Porto Primavera.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2021 era de R\$ 2 bilhões contra R\$1,8 bilhão ao final de 2020. E o prazo médio da dívida era de 6,9 anos ao final de 2021.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final do ano era R\$506 milhões contra R\$713 milhões no mesmo período do ano passado. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2021 era de R\$1,5 bilhão.

MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias (“CESP3”) e ações preferenciais classes A e B (“CESP5 e CESP6”, respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

No final do 4T21, as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$ 21,51, uma desvalorização de 8,9% no trimestre. A liquidez média diária do trimestre foi de R\$ 60 milhões (vs. R\$ 52 milhões no 4T20), equivalente à 2,5 milhões de ações negociadas em média por dia. No mesmo período, as ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$ 22,00, mantendo o preço e as ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$ 33,50, refletindo uma desvalorização de 9,8% no trimestre.

O valor de mercado da CESP, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 7,2 bilhões comparado a R\$ 9,4 bilhões em 31 de dezembro de 2020.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

O fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em 2021 foi de R\$108 milhões, o que representa um índice de conversão de caixa de ~93%.

CAPEX

Em 2021 o CAPEX foi de R\$8 milhões destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidrelétricas.

AUDITORES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP esclarece que a empresa PricewaterhouseCoopers, no exercício de 2021, prestou a esta Companhia, somente serviços de auditoria.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	4	2.292.813	1.917.248	1.512.972	1.424.960
Custo do serviço de energia elétrica	5	(985.638)	(1.189.642)	(205.342)	(735.393)
Custo com energia elétrica		(1.298.848)	(751.687)	(518.638)	(297.438)
Custo com operação		(468.764)	(437.955)	(468.678)	(437.955)
Repactuação do risco hidrológico	1.2 (c)	781.974	-	781.974	-
Lucro bruto		1.307.175	727.606	1.307.630	689.567
Receitas (despesas) operacionais	5				
Gerais e administrativas		(125.429)	(111.552)	(115.041)	(100.895)
Outras receitas operacionais, líquidas		137.860	196.672	124.594	218.138
		12.431	85.120	9.553	117.243
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.319.606	812.726	1.317.183	806.810
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13.3	-	-	3.224	4.874
				3.224	4.874
Resultado financeiro líquido	6				
Receitas financeiras		32.528	29.742	29.953	28.211
Despesas financeiras		(646.695)	(585.670)	(646.642)	(585.562)
		(614.167)	(555.928)	(616.689)	(557.351)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		705.439	256.798	703.718	254.333
Imposto de renda e contribuição social	11.5				
Correntes		(18.515)	(24.639)	(18.481)	(13.458)
Diferidos		(246.097)	1.496.603	(244.410)	1.487.887
Lucro líquido do exercício		440.827	1.728.762	440.827	1.728.762
Lucro básico por lote de mil ações, em reais		1,35	5,28	1,35	5,28

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		440.827	1.728.762	440.827	1.728.762
Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados para o resultado					
Hedge accounting operacional, líquido de impostos		62.276	(87.777)	38.658	(64.159)
Hedge accounting operacional reflexo, líquido de impostos	13.3	-	-	23.618	(23.618)
		62.276	(87.777)	62.276	(87.777)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado					
Ajuste de benefício de pós emprego - CPC 33, líquido de impostos		519.474	(982.134)	519.474	(982.134)
Total do resultado abrangente do exercício		1.022.577	658.851	1.022.577	658.851

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		705.439	256.798	703.718	254.333
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	5	421.008	397.329	421.008	397.329
Baixa de ativo imobilizado e intangível		(8.748)	(3.481)	(8.748)	(3.481)
Repactuação de risco hidrológico	5	(781.974)	-	(781.974)	-
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	5	248.520	(7.589)	248.520	(7.589)
Equivalência patrimonial	13.3	-	-	(3.224)	(4.874)
Juros e variações monetárias		252.545	130.084	252.545	130.084
Apropriação de custos de captação	17.4	5.498	18.123	5.498	18.123
Provisão (reversão) de despesas					
Reversão da provisão para litígios	23.2	(425.693)	(266.644)	(425.693)	(266.644)
Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável de almoxarifados	5	-	(66)	-	(66)
Provisão (reversão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	5	429	(527)	429	(527)
Provisão (Reversão) de obrigações socioambientais	20.2	7.607	4.206	7.607	4.206
Atualizações de saldos					
Provisão para litígios	23.2	167.513	315.757	167.513	315.757
Depósitos judiciais	10.2	(9.221)	(7.623)	(9.221)	(7.623)
Benefícios pós-emprego	22.4	158.122	59.622	158.122	59.622
Ajuste a valor presente					
Obrigações socioambientais	20.2	4.488	8.374	4.488	8.374
UBP - Uso do bem público	19.2	5.631	6.791	5.631	6.791
Arrendamentos		241	252	241	252
Custo de serviços de benefícios pós-emprego	22.4	3.613	(489)	3.613	(489)
Baixa de depósitos judiciais	10.2	75.185	86.936	75.185	86.936
Prêmio repactuação risco hidrológico		-	7.511	-	7.511
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	6	22.500	-	22.500	-
Hedge accounting operacional	27.5.3	114.905	116.295	71.148	71.514
Contratos futuros de energia	21.2	(13.235)	21.444	-	-
		954.373	1.143.103	918.906	1.069.539
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		4.378	(73.887)	37.232	(14.346)
Tributos a recuperar		32.343	(4.926)	33.474	787
Almoxarifado		(19)	1.654	(19)	1.654
Despesas antecipadas		(4.058)	1.718	(4.058)	1.718
Cauções e depósitos judiciais	10.2	(1.436)	4.170	(1.436)	4.170
Outros ativos		69.653	2.561	69.653	2.586
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		38.184	38.980	20.846	(21.733)
Instrumentos financeiros derivativos	27.5.3	(112.073)	(105.123)	(69.242)	(63.827)
Tributos a recolher		(11.376)	1.523	(11.672)	(7.073)
Pagamentos a benefícios pós-emprego	22.4	(1.533)	(1.330)	(1.533)	(1.330)
Encargos setoriais		(62.116)	(9.107)	(62.116)	(9.107)
Pagamentos de litígios	23.2	(160.717)	(115.231)	(160.717)	(115.231)
Obrigações socioambientais	20.2	(17.290)	(9.642)	(17.290)	(9.642)
Pagamento de UBP - Uso do bem público	19.2	(42.155)	(29.263)	(42.155)	(29.263)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(1.007)	1.890	(1.490)	982
Outros passivos		51.205	(72.089)	51.185	(72.097)
Caixa gerado nas operações		736.356	775.001	759.568	737.787
Juros pagos sobre debêntures	17.4	(83.627)	(63.092)	(83.627)	(63.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.332)	(72.546)	(22.282)	(54.527)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		625.397	639.363	653.659	620.168
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(75.328)	-	(75.328)	-
Aumento de capital em investida	13.3	-	-	(10.000)	-
Dividendos recebidos	13.3	-	-	-	24
Aquisição de imobilizado	14.2	(7.011)	(10.479)	(7.011)	(10.479)
Venda de imobilizado		11.712	3.768	11.712	3.768
Aquisição de intangível	15.2	(790)	(2.842)	(403)	(2.842)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(71.417)	(9.553)	(81.030)	(9.529)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos, líquido dos custos de captação	17.4	-	1.449.866	-	1.449.866
Liquidação de debêntures	17.4	-	(1.500.032)	-	(1.500.032)
Liquidação de arrendamento mercantil		(1.654)	(1.567)	(1.654)	(1.567)
Pagamento de dividendos		(834.147)	(606.137)	(834.147)	(606.137)
Recompra de ações	26.6	(3.332)	-	(3.332)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(839.133)	(657.870)	(839.133)	(657.870)
Decréscimo de caixa e equivalentes		(285.153)	(28.060)	(266.504)	(47.231)
Saldo inicial de caixa e equivalentes do exercício		713.384	741.444	643.045	690.276
Saldo final de caixa e equivalentes do exercício		428.231	713.384	376.541	643.045

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	428.231	713.384	376.541	643.045
Aplicações financeira	7.3	77.751	-	77.751	-
Contas a receber	8	268.439	272.817	176.044	213.276
Tributos a recuperar		28.847	61.190	15.165	48.639
Dividendos a receber	25	-	-	766	1.158
Despesas antecipadas		6.015	1.957	6.015	1.957
Contratos futuros de energia	21	270.815	103.139	-	-
Outros ativos	9	5.811	69.509	5.786	69.484
		1.085.909	1.221.996	658.068	977.559
Ativos mantidos para venda		8.428	-	8.428	-
		1.094.337	1.221.996	666.496	977.559
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Cauções e depósitos judiciais	10	195.968	260.496	195.968	260.496
Contratos futuros de energia	21	341.292	25.297	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	3.408.893	3.954.680	3.401.864	3.933.797
Almoxarifado		6.042	6.023	6.042	6.023
Ativos sujeitos à indenização	12	1.739.161	1.739.161	1.739.161	1.739.161
		5.691.356	5.985.657	5.343.035	5.939.477
Investimentos	13	-	-	68.410	31.176
Imobilizado	14	5.722.424	5.956.429	5.722.424	5.956.429
Intangível	15	1.913.809	1.509.895	1.913.422	1.509.895
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		5.256	6.323	5.256	6.323
		13.332.845	13.458.304	13.052.547	13.443.300
TOTAL DO ATIVO		14.427.182	14.680.300	13.719.043	14.420.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	141.264	103.080	63.188	42.342
Debêntures	17	98.018	18.220	98.018	18.220
Arrendamentos		1.793	1.700	1.793	1.700
Instrumentos financeiros derivativos	27,5	12.699	95.084	8.288	58.936
Contratos futuros de energia	21	282.619	120.475	-	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento		22.380	23.387	20.989	22.479
Tributos a recolher		20.528	40.721	16.611	32.084
Encargos setoriais	18	20.170	76.507	20.170	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio		389.668	581.919	389.668	581.919
UBP - Uso do bem público	19	42.462	41.307	42.462	41.307
Obrigações socioambientais	20	38.013	28.426	38.013	28.426
Outros passivos	24	96.975	22.906	96.947	22.898
		1.166.589	1.153.732	796.147	926.818
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	17	1.897.895	1.800.854	1.897.895	1.800.854
Arrendamentos		3.674	4.788	3.674	4.788
Instrumentos financeiros derivativos	27,5	-	9.141	-	6.019
Contratos futuros de energia	21	337.697	29.405	-	-
Encargos setoriais	18	-	1.240	-	1.240
UBP - Uso do bem público	19	87.531	114.057	87.531	114.057
Provisão para litígios	23	1.329.360	1.748.257	1.329.360	1.748.257
Obrigações socioambientais	20	187.825	152.749	187.825	152.749
Benefícios pós-emprego	22	1.785.499	2.412.379	1.785.499	2.412.379
Outros passivos	24	47.550	47.485	47.550	47.485
		5.677.031	6.320.355	5.339.334	6.287.828
TOTAL DO PASSIVO		6.843.620	7.474.087	6.135.481	7.214.646
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	5.975.433	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital		1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros		1.956.664	2.187.137	1.956.664	2.187.137
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.274.301)	(2.885.455)	(2.274.301)	(2.885.455)
(-) Ações em tesouraria		(3.332)	-	(3.332)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.583.562	7.206.213	7.583.562	7.206.213
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.427.182	14.680.300	13.719.043	14.420.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	(-) Ações em tesouraria	Patrimônio líquido
						Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 1º de janeiro de 2020		5.975.433	1.929.098	1.084.883		(948.623)	(895.886)	-	-	7.144.905
Realização de custo atribuído (depreciação)		-	-	-	-	28.965	-	(28.965)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.728.762	-	1.728.762
Hedge accounting operacional		-	-	-	-	-	(64.159)	-	-	(64.159)
Hedge accounting operacional reflexo		-	-	-	-	-	(23.618)	-	-	(23.618)
Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)		-	-	-	-	-	(982.134)	-	-	(982.134)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	28.965	(1.069.911)	1.699.797	-	658.851
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal		-	-	86.438	-	-	-	(86.438)	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(150.001)	-	(150.001)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(447.542)	-	(447.542)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	252.622	-	-	(252.622)	-	-
Constituição de reserva de lucros estatutária		-	-	90.738	-	-	-	(90.738)	-	-
Retenção de lucros		-	-	672.456	-	-	-	(672.456)	-	-
Total de contribuições e distribuições para acionistas		-	-	849.632	252.622	-	-	(1.699.797)	-	(597.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.975.433	1.929.098	1.934.515	252.622	(919.658)	(1.965.797)	-	-	7.206.213
Realização de custo atribuído (depreciação)	26.4	-	-	-	-	29.404	-	(29.404)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	440.827	-	440.827
Hedge accounting operacional	26.5	-	-	-	-	-	38.658	-	-	38.658
Hedge accounting operacional reflexo	26.5	-	-	-	-	-	23.618	-	-	23.618
Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	22.4	-	-	-	-	-	519.474	-	-	519.474
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	29.404	581.750	411.423	-	1.022.577
Dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados		-	-	107	-	-	-	-	-	107
Recompra de ações	26.6	-	-	-	-	-	-	-	(3.332)	(3.332)
Dividendos adicionais deliberados	1.2 (b)	-	-	-	(252.622)	-	-	-	-	(252.622)
Destinação do lucro líquido do exercício	26.7									
Constituição de reserva legal		-	-	22.042	-	-	-	(22.042)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.7.1	-	-	-	-	-	-	(389.381)	-	(389.381)
Total de contribuições e distribuições para acionistas		-	-	22.149	(252.622)	-	-	(411.423)	(3.332)	(645.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.975.433	1.929.098	1.956.664	-	(890.254)	(1.384.047)	-	(3.332)	7.583.562

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Geração do valor adicionado					
Receita bruta	4	2.604.979	2.203.798	1.741.190	1.657.513
		<u>2.604.979</u>	<u>2.203.798</u>	<u>1.741.190</u>	<u>1.657.513</u>
Insumos					
Energia comprada	5	1.298.848	751.687	518.638	297.438
Repactuação do risco hidrológico		(781.974)	-	(781.974)	-
Serviços de terceiros		58.028	34.540	56.535	33.313
Materiais		1.469	1.676	1.452	1.296
Outros custos operacionais		9.995	8.775	9.909	8.775
		<u>586.366</u>	<u>796.678</u>	<u>(195.440)</u>	<u>340.822</u>
Valor adicionado bruto		<u>2.018.613</u>	<u>1.407.120</u>	<u>1.936.630</u>	<u>1.316.691</u>
Retenções					
Depreciação e amortização	5	421.008	397.329	421.008	397.329
Contratos futuros de energia		(13.235)	21.444	-	-
		<u>407.773</u>	<u>418.773</u>	<u>421.008</u>	<u>397.329</u>
Valor adicionado líquido gerado		<u>1.610.840</u>	<u>988.347</u>	<u>1.515.622</u>	<u>919.362</u>
Transferências					
Receitas financeiras	6	32.528	29.742	29.953	28.211
Benefícios pós-emprego	5	(3.613)	489	(3.613)	489
Equivalência patrimonial	13.3	-	-	3.224	4.874
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.5	(246.097)	1.496.603	(244.410)	1.487.887
		<u>(217.182)</u>	<u>1.526.834</u>	<u>(214.846)</u>	<u>1.521.461</u>
Outras					
Reversão da provisão para litígios	5	425.693	266.644	425.693	266.644
Baixa com depósitos judiciais		(60.256)	(63.284)	(60.256)	(63.284)
Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível		(248.520)	7.589	(248.520)	7.589
Seguros		(4.246)	(5.966)	(4.246)	(5.966)
Provisão (reversão) para obrigações socioambientais		(7.607)	(4.206)	(7.607)	(4.206)
Provisão (reversão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais		(429)	527	(429)	527
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados		-	66	-	66
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		3.521	2.939	4.805	3.849
		<u>108.156</u>	<u>204.309</u>	<u>109.440</u>	<u>205.219</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>1.501.814</u>	<u>2.719.490</u>	<u>1.410.216</u>	<u>2.646.042</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração do trabalho	5	74.076	83.277	66.582	75.225
Remuneração do pessoal chave da Administração		8.792	8.765	8.792	8.765
		<u>82.868</u>	<u>92.042</u>	<u>75.374</u>	<u>83.990</u>
Financiadores e alugueis					
Juros e atualização monetária	6	254.968	130.084	254.968	130.084
Outras despesas financeiras	6	391.727	455.586	391.674	455.478
Alugueis	5	743	1.827	674	1.717
		<u>647.438</u>	<u>587.497</u>	<u>647.316</u>	<u>587.279</u>
Intrasetoriais - Encargos regulamentares					
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	4	37.618	51.389	37.618	51.389
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		15.706	15.098	15.706	15.098
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		5.326	4.930	5.326	4.930
Reserva Global de Reversão - RGR		1.773	2.579	1.773	2.579
		<u>60.423</u>	<u>73.996</u>	<u>60.423</u>	<u>73.996</u>
Tributos e contribuições sociais					
Federal		270.105	237.109	186.123	171.931
Municipais	4	153	84	153	84
		<u>270.258</u>	<u>237.193</u>	<u>186.276</u>	<u>172.015</u>
Acionistas					
Juros sobre capital próprio	26.7	-	150.001	-	150.001
Dividendos mínimos obrigatórios		389.382	447.542	389.382	447.542
Dividendos adicionais propostos		-	252.622	-	252.622
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)		29.404	28.965	29.404	28.965
Constituição de reserva legal		22.041	86.438	22.041	86.438
Constituição de reserva estatutária		-	90.738	-	90.738
Retenção de lucros		-	672.456	-	672.456
		<u>440.827</u>	<u>1.728.762</u>	<u>440.827</u>	<u>1.728.762</u>
Valor adicionado distribuído		<u>1.501.814</u>	<u>2.719.490</u>	<u>1.410.216</u>	<u>2.646.042</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

1.1. Contexto operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem como acionista controladora a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"). Em conjunto com sua controlada CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações, de acordo com as melhores práticas de mercado.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública.

A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Usinas	Produção bruta em MWh (*)				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Porto Primavera	1.872.861	1.585.127	1.507.661	1.690.791	6.656.440
Paraibuna	7.140	90.742	147.069	67.761	312.712
Total	1.880.001	1.675.869	1.654.730	1.758.552	6.969.152

Usinas	Produção bruta em MWh (*)				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Porto Primavera	2.387.980	2.016.725	2.115.856	2.130.403	8.650.964
Paraibuna	23.401	74.572	135.665	100.568	334.206
Jaguari	3.007	19.510	47.289	10.981	80.787
Total	2.414.388	2.110.807	2.298.810	2.241.952	9.065.957

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

a) Votorantim e CPP Investments anunciaram intenção de consolidar ativos de energia e criar uma das maiores plataformas de renováveis no Brasil

Durante o último trimestre de 2021 a Votorantim S.A. e o Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments) anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, criando uma das empresas líderes no setor de energia, que terá ações listadas no Novo Mercado.

A consolidação pretende acontecer por meio de duas transações. A primeira será através da joint venture VTRM – formada pela Votorantim Energia e pelo CPP Investments – e deverá integrar as participações acionárias na CESP, ativos eólicos, participações acionárias da Votorantim Energia em ativos hidrelétricos e a Votorantim Comercializadora de Energia – Votener, além de projetos de expansão em desenvolvimento.

Para a segunda transação, a VTRM encaminhou ao Conselho de Administração da CESP uma proposta de reorganização societária, tendo por objeto a incorporação das ações de emissão da Companhia. Ao final do processo de consolidação, a nova empresa deverá ser controladora integral da CESP e os atuais acionistas passarão a ser acionistas da nova empresa.

Durante o primeiro trimestre de 2022 certos passos da operação, os quais estão descritos na nota 32 - Evento Subsequente, foram cumpridos.

b) Aprovação da proposta de pagamento de dividendos

Em 30 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a proposta da Administração para pagamento dos proventos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 850.164 (R\$ 150.000 referentes a juros sobre capital próprio e R\$ 700.164 referentes a dividendos mínimos obrigatórios e adicionais).

Os juros sobre capital próprio (JCP) consideram a posição acionária existente no encerramento do pregão da B3 no dia 21 de dezembro de 2020 (“data base”) e os dividendos pagos consideram o dia 1 de abril de 2021 como “data-base”, respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia passaram a ser negociadas “ex-JCP” em 22 de dezembro de 2020 e “ex-dividendos” a partir do dia 5 de abril de 2021, inclusive.

O pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 2020 foi realizado em duas parcelas, sendo a primeira no dia 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 583.988, liquidando o montante de R\$ 134.050 referente a juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e o montante de R\$ 449.940 referente a dividendos. O pagamento da segunda parcela ocorreu no dia 15 de setembro de 2021, no montante remanescente de R\$ 250.132 de dividendos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi feita proposta pela Administração de distribuição de dividendos no montante de R\$ 389.381 (Nota 26.7).

Abaixo, a movimentação de dividendos ao longo de 2021:

	Movimentação de dividendos
Saldo de dividendos e JSCP provisionados em 2020	581.919
Dividendos adicionais deliberados - exercício 2020	252.622
Pagos em 2021, referente ao exercício 2020	(834.120)
Dividendos e JSCP não reclamados	(107)
Pagos em 2021, referente à períodos anteriores	(27)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2021	389.381
	389.668

c) Repactuação do Risco Hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

A Companhia vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas, em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que impactaram de forma negativa o GSF após 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro trimestre de 2021, o Conselho de Administração aprovou:

- i. a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna;
- ii. o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020; e
- iii. adesão à repactuação do risco hidrológico para as usinas Paraibuna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga, em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, respectivamente.

Usina	Valor	Impairment - provisão	Amortização acumulada	Intangível líquido	Prazo de extensão	Data fim da concessão
UHE Paraibuna	43.294	-	(18.554)	24.740	15 meses	3 de junho de 2022
UHE Porto Primavera	738.680	(299.452)	-	439.228	7 anos	13 de abril de 2056
Total	781.974	(299.452)	(18.554)	463.968		

A Companhia não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção pela repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio pela Companhia.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a Companhia registrou o ativo intangível (Nota 15.1) em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na Demonstração do resultado (Nota 5), no valor total de R\$ 781.974. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão (Outorga, Uso do bem público, terrenos e outros) foram ajustadas conforme os novos prazos de concessão de cada usina. No registro da repactuação do risco hidrológico da UHE Paraibuna, houve o reconhecimento do montante de R\$ 18.554 de amortização, relativo ao período de março a setembro de 2021, após homologação da ANEEL.

d) Restrições hidráulicas na UHE Porto Primavera

Considerando a permanência do cenário de crise hidrológica no país em 2021, e especialmente na bacia do Rio Paraná, onde se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), com as piores sequências hidrológicas do histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado, desde o fim de 2020, medidas visando garantir a governabilidade hidráulica da bacia, inclusive por meio da redução das vazões mínimas praticadas.

Nesse contexto, e considerando o Alerta de Emergência Hídrica emitido pelo Sistema Nacional de Meteorologia ("SNM") e a Resolução da ANA que declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, que vigorou até 30 de novembro de 2021, bem como os estudos técnicos do ONS, foi estabelecido conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hidráulicas o qual foi adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica e seus impactos diversos, dado o risco de comprometimento da geração de energia elétrica para atendimento ao SIN.

Entre essas medidas, foi determinada a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera, e conforme aprovado pelo IBAMA no Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera. No final de agosto de 2021, foram retomados valores considerados ambientalmente seguros, conforme aumentos comandados pelo ONS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CREG (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, criada pela MP 1.055/2021), em suas duas últimas reuniões realizadas em 2021, deliberou sobre medidas relacionadas à flexibilização de vazão defluente da UHE Porto Primavera em 2022.

A crise hídrica teve efeito relevante no desempenho financeiro da Companhia em 2021. Como todas as outras geradoras de energia hidrelétrica, a Companhia foi penalizada pela queda na produção e com a piora do GSF como pode ser observado na Nota 5 Custos e despesas.

e) Homologação da TUST

A Resolução Homologatória nº 2.896 de 13 de julho de 2021, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 10,815/kW, aumento de 24% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 8,721/kW).

f) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Desde que a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a “situação de pandemia”, decorrente do novo Coronavírus (“COVID-19”), a Companhia e sua controlada informam que vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Sendo a geração de energia uma atividade essencial, a Companhia adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas usinas hidrelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos instrumentos de proteção. Complementarmente, em 31 de dezembro de 2021, 100% dos colaboradores da sede administrativa estão trabalhando em regime de home office, e nas usinas a predominância é de trabalho presencial, respeitando as medidas sanitárias.

Um risco potencialmente relevante à Companhia e sua controlada na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a Companhia e sua controlada mantém um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas, estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais, não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia.

A Companhia e sua controlada avaliaram também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada frente a potenciais variações adversas do GSF (*Generation Scaling Factor*) e variações relevantes dos preços de mercado de energia.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e sua controlada não tiveram impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estão expostas a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como está sujeita à eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 25 de março de 2022.

2.1. Consolidação

A Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora, no início de 2020.

A Companhia consolida a CESP Comercializadora, pois possui participação de 100% de seu capital votante, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Transações, saldos e resultados de transações entre a controlada e a Companhia são eliminados.

2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o período findo em 31 de dezembro de 2021, em relação àquelas detalhadas nas últimas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela alteração mencionada abaixo relativa ao cálculo de valor justo de contratos futuros de energia de sua controlada CESP Comercializadora.

A controlada revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Conta contábil	Nota explicativa
Receita líquida	4
Custos e despesas	5
Contas a receber	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11
Imobilizado	14
Intangível	15
UBP - Uso do bem público	19
Obrigações socioambientais	20
Contratos futuros de energia	21
Benefícios pós-emprego	22
Provisão para litígios	23

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe mencionar que, no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema EmpresasNet da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com essa indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia e sua controlada analisaram as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até o momento não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4. Receita líquida

4.1. Política contábil

A Companhia e sua controlada seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do SIN devem ser registrados na CCEE. A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica:

a) Mercado livre – Contratos bilaterais

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais e agentes comercializadores, inclusive que representam geradoras.

b) Mercado regulado – Leilões de energia – Distribuidores de energia

Neste segmento a Companhia e sua controlada vendem sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

c) Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2. Receita líquida e energia vendida

No quadro a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, com a correspondente quantidade da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização, bem como a conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	2021		Consolidado 2020	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos bilaterais	7.649.030	1.758.273	7.646.472	1.644.257
Operações de <i>trading</i>	1.462.350	363.742	720.384	112.152
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.014.800	522.038	2.020.320	498.445
Energia de curto prazo	-	72.489	-	55.296
	<u>11.126.180</u>	<u>2.716.542</u>	<u>10.387.176</u>	<u>2.310.150</u>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)	-	(114.905)	-	(116.295)
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	-	-	-	7.190
Outras receitas	-	3.342	-	2.753
	<u>-</u>	<u>(111.563)</u>	<u>-</u>	<u>(106.352)</u>
	<u>11.126.180</u>	<u>2.604.979</u>	<u>10.387.176</u>	<u>2.203.798</u>
Deduções à receita				
COFINS sobre receitas operacionais	-	(206.712)	-	(174.570)
PIS sobre receitas operacionais	-	(44.878)	-	(37.900)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(37.618)	-	(51.389)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(15.706)	-	(15.098)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.326)	-	(4.930)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.773)	-	(2.579)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(153)	-	(84)
	<u>-</u>	<u>(312.166)</u>	<u>-</u>	<u>(286.550)</u>
Receita líquida	<u>11.126.180</u>	<u>2.292.813</u>	<u>10.387.176</u>	<u>1.917.248</u>

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	2021		2020	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos bilaterais	5.600.719	1.220.226	5.764.209	1.165.343
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.014.800	522.038	2.020.320	498.445
Energia de curto prazo	-	66.732	-	55.296
	<u>7.615.519</u>	<u>1.808.996</u>	<u>7.784.529</u>	<u>1.719.084</u>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)		(71.148)	-	(71.514)
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	-	-	-	7.190
Outras receitas		3.342	-	2.753
		<u>(67.806)</u>		<u>(61.571)</u>
	<u>7.615.519</u>	<u>1.741.190</u>	<u>7.784.529</u>	<u>1.657.513</u>
Deduções à receita				
COFINS sobre receitas operacionais	-	(137.738)	-	(130.205)
PIS sobre receitas operacionais	-	(29.904)	-	(28.268)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(37.618)	-	(51.389)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(15.706)	-	(15.098)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.326)	-	(4.930)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.773)	-	(2.579)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(153)	-	(84)
	<u>-</u>	<u>(228.218)</u>	<u>-</u>	<u>(232.553)</u>
Receita líquida	<u>7.615.519</u>	<u>1.512.972</u>	<u>7.784.529</u>	<u>1.424.960</u>

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Custos e despesas líquidos

					Consolidado	
					2021	2020
Natureza dos custos e despesas	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Repactuação de risco hidrológico (Nota 15)	781.974	-	-	-	781.974	-
Reversão da provisão para litígios (Nota 23)	-	-	-	425.693	425.693	266.644
Energia comprada	(1.122.434)	-	-	-	(1.122.434)	(602.829)
Depreciação e amortização	-	(418.510)	(6.231)	3.733	(421.008)	(397.329)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> (Nota 14.2 e 15.2)	-	-	-	(248.520)	(248.520)	7.589
Encargos de uso da rede elétrica	(176.414)	-	-	-	(176.414)	(148.858)
Pessoal	-	(22.181)	(51.895)	-	(74.076)	(68.279)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(60.256)	(60.256)	(63.284)
Serviços de terceiros	-	(16.183)	(41.845)	-	(58.028)	(34.540)
Contratos futuros de energia (Nota 21)	-	-	-	13.235	13.235	(21.444)
Administradores	-	-	(8.792)	-	(8.792)	(8.765)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 20)	-	-	-	(7.607)	(7.607)	(4.206)
Manutenção e conservação	-	(6.001)	(911)	-	(6.912)	(3.237)
Seguros	-	-	(4.246)	-	(4.246)	(5.966)
Benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	-	(3.613)	-	(3.613)	489
Impostos, taxas e contribuições	-	(524)	(2.870)	-	(3.394)	(378)
Materiais	-	(1.192)	(277)	-	(1.469)	(1.676)
Aluguéis	-	(703)	(40)	-	(743)	(1.827)
Reversão (provisão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-	-	-	(429)	(429)	527
PDV - Programa de Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	(14.998)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(3.470)	(4.709)	12.011	3.832	(2.155)
Total	(516.874)	(468.764)	(125.429)	137.860	(973.207)	(1.104.522)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Controladora	
					2021	2020
Natureza dos custos e despesas	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Repactuação de risco hidrológico (Nota 15)	781.974	-	-	-	781.974	-
Reversão da provisão para litígios (Nota 23)	-	-	-	425.693	425.693	266.644
Depreciação e amortização	-	(418.510)	(6.231)	3.733	(421.008)	(397.329)
Energia comprada	(342.224)	-	-	-	(342.224)	(148.580)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> (Nota 14.2 e 15.2)	-	-	-	(248.520)	(248.520)	7.589
Encargos de uso da rede elétrica	(176.414)	-	-	-	(176.414)	(148.858)
Pessoal	-	(22.181)	(44.401)	-	(66.582)	(60.227)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(60.256)	(60.256)	(63.284)
Serviços de terceiros	-	(16.183)	(40.352)	-	(56.535)	(33.313)
Administradores	-	-	(8.792)	-	(8.792)	(8.765)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 20)	-	-	-	(7.607)	(7.607)	(4.206)
Manutenção e conservação	-	(6.001)	(868)	-	(6.869)	(3.145)
Seguros	-	-	(4.246)	-	(4.246)	(5.966)
Benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	-	(3.613)	-	(3.613)	489
Impostos, taxas e contribuições	-	(524)	(2.272)	-	(2.796)	(43)
Materiais	-	(1.192)	(260)	-	(1.452)	(1.296)
Aluguéis	-	(703)	29	-	(674)	(1.717)
Reversão (provisão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-	-	-	(429)	(429)	527
PDV - Programa de Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	(14.998)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(3.384)	(4.035)	11.980	4.561	(1.672)
Total	263.336	(468.678)	(115.041)	124.594	(195.789)	(618.150)

5.1. Custo com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada				
Energia comprada para revenda	(699.106)	(476.040)	(301.672)	(105.195)
Operações de <i>trading</i>	(382.776)	(83.404)	-	-
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(26.213)	(20.156)	(26.213)	(20.156)
Energia de curto prazo	(14.339)	(23.229)	(14.339)	(23.229)
	(1.122.434)	(602.829)	(342.224)	(148.580)
Uso da rede elétrica				
Encargos de uso da rede elétrica	(176.414)	(148.858)	(176.414)	(148.858)
	(176.414)	(148.858)	(176.414)	(148.858)
	(1.298.848)	(751.687)	(518.638)	(297.438)

O aumento do custo com energia elétrica foi gerado pela maior necessidade de compra de energia, a preços mais elevados, em função das restrições na produção de energia impostas pelos órgãos reguladores, devido aos efeitos da crise hídrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Resultado financeiro

6.1. Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

6.2. Composição

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21.924	22.070	19.566	20.476
Atualização do saldo de depósitos judiciais	9.221	7.623	9.221	7.623
Outras receitas financeiras	2.554	1.195	2.211	1.184
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(1.171)	(1.146)	(1.045)	(1.072)
	<u>32.528</u>	<u>29.742</u>	<u>29.953</u>	<u>28.211</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(88.424)	(83.840)	(88.424)	(83.840)
Atualização do saldo de debêntures	(166.544)	(46.244)	(166.544)	(46.244)
Apropriação de custos de captação – Liquidação 11ª emissão de debêntures	-	(14.465)	-	(14.465)
Atualização do saldo de provisão para litígios	(167.513)	(315.757)	(167.513)	(315.757)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	(158.122)	(59.622)	(158.122)	(59.622)
Atualização sobre acordos judiciais	(8.877)	(9.066)	(8.877)	(9.066)
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	(22.500)	-	(22.500)	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	(4.488)	(8.374)	(4.488)	(8.374)
Baixa de depósitos judiciais	(14.929)	(23.652)	(14.929)	(23.652)
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público	(5.631)	(6.791)	(5.631)	(6.791)
Atualização P&D - projetos	(377)	(323)	(377)	(323)
Prêmio por liquidação antecipada de empréstimos	-	(11.326)	-	(11.326)
Outros encargos	(9.290)	(6.210)	(9.237)	(6.102)
	<u>(646.695)</u>	<u>(585.670)</u>	<u>(646.642)</u>	<u>(585.562)</u>
Resultado financeiro	<u>(614.167)</u>	<u>(555.928)</u>	<u>(616.689)</u>	<u>(557.351)</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

7.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em contas correntes bancárias, títulos públicos e de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Taxa média de remuneração	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Caixa					
Depósitos bancários a vista		202	1.579	127	1.473
Equivalentes de caixa					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	101,44% do CDI	343.924	539.913	322.500	469.680
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (a)	101,41% do CDI	49.085	155.079	49.085	155.079
Letras financeiras - títulos privados		-	16.813	-	16.813
Operações compromissadas	71,76% do CDI	35.020	-	4.829	-
		428.029	711.805	376.414	641.572
		428.231	713.384	376.541	643.045

(a) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01 de março de 2022, e são de conversibilidade imediata de caixa.

7.3. Composição de aplicações financeiras

	Taxa média de remuneração	Consolidado e controladora	
		2021	2020
Aplicações financeiras			
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	101,41% do CDI	77.751	-
		77.751	-

8. Contas a receber

8.1. Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é baseada na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2. Composição

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Contratos bilaterais (a)	145.701	148.517	74.596	73.382
Contratos bilaterais - partes relacionadas (Nota 25)	8.328	7.562	29.104	40.980
Trading	41.054	17.824	-	-
Leilões de energia (a)	62.395	58.360	62.395	58.360
Suprimento em regime de quotas	-	2.953	-	2.953
	257.478	235.216	166.095	175.675
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (c)	-	(6.208)	-	(6.208)
	257.478	229.008	166.095	169.467
Energia Livre (RTE)	-	13.712	-	13.712
Energia de curto prazo (b)	10.961	43.809	9.949	43.809
	10.961	57.521	9.949	57.521
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (c)	-	(13.712)	-	(13.712)
	10.961	43.809	9.949	43.809
	268.439	272.817	176.044	213.276

- (a) **Contratos bilaterais e leilões de energia:** a Companhia e sua controlada possuem certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2021, os dez principais clientes representam 65,41% do total da carteira (70,67% em 31 de dezembro de 2020).
- (b) **Energia de curto prazo:** representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia e sua controlada com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema, cujo montante é apresentado de forma líquida de obrigações junto a CCEE.
- (c) **Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:** a Companhia não possui mais a expectativa de recebimento dos valores, motivo pelo qual realizou a baixa efetiva dos títulos.

8.3. Vencimentos de contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	268.439	272.817	176.044	213.276
Vencidos há mais de 6 meses	-	19.920	-	19.920
	268.439	292.737	176.044	233.196

9. Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Créditos diversos (a)	31.643	31.301	31.643	31.301
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (a)	(31.643)	(31.301)	(31.643)	(31.301)
Ordens de projetos - P&D (b)	5.076	52.685	5.076	52.685
Adiantamentos a Vivest (Nota 25)	123	12.536	123	12.536
Repasse a receber Nexa (Nota 25)	-	3.482	-	3.482
Outros	612	806	587	781
	5.811	69.509	5.786	69.484

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) O saldo refere-se substancialmente à cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, Transportes, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo, ex-acionista controlador da Companhia.
- (b) Os gastos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto compensados com o passivo (Nota 18 – Encargos setoriais) registrado para este fim.

10. Cauções e depósitos judiciais

10.1. Política contábil

Referem-se a garantias prestadas, vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

10.2. Composição e movimentação

	Consolidado e controladora							2021	2020
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Outros depósitos	Cauções	Total		
Saldo inicial do exercício	163.476	37.340	11.642	43.040	3.267	1.731	260.496	343.979	
Adições	16.262	480	1.629		30	159	18.560	6.430	
Atualizações	7.121	1.516	69	447	12	56	9.221	7.623	
(-) Levantados	(6.984)	(10.015)	(14)	-	(38)	(73)	(17.124)	(10.600)	
(-) Baixas	(64.761)	(10.027)	(53)	(344)	-	-	(75.185)	(86.936)	
Reclassificação entre esferas	46.159	239	-	(43.136)	(3.262)	-	-	-	
Saldo final do exercício	161.273	19.533	13.273	7	9	1.873	195.968	260.496	

A estratégia de análise criteriosa dos depósitos judiciais existentes e também andamento processual dos casos, resultou na baixa dos depósitos cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 75.185 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 86.936 em 2020), reconhecidos nas linhas de Outras Despesas Operacionais (Nota 5) e Resultado financeiro (Nota 6).

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O tributo sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma autoridade fiscal.

A Companhia e sua controlada apuram mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação.

11.2. Composição

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2021 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) aprovado no Conselho de Administração que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa tem estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2036.

	Consolidado					
	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.035.256	1.040.974	-	-	1.035.256	1.040.974
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	18.291	66.781	(18.291)	(66.781)
Provisão para litígios	451.982	594.407	-	-	451.982	594.407
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	588.560	508.951	-	-	588.560	508.951
Provisão ativo regulatório	461.031	461.031	-	-	461.031	461.031
Repactuação de risco hidrológico	-	-	254.587	-	(254.587)	-
<i>Hedge accounting</i> operacional	4.318	3.355	-	-	4.318	3.355
Atualização de benefícios pós-emprego	74.085	-	-	-	74.085	-
Contratos futuros de energia	2.790	7.291	-	-	2.790	7.291
Outras provisões	72.149	85.200	-	5.801	72.149	79.399
	2.690.171	2.701.209	272.878	72.582	2.417.293	2.628.627
Efeito em outros resultados abrangentes						
<i>Hedge accounting</i> operacional	-	32.082	-	-	-	32.082
Custo atribuído de imobilizado (Nota 26.4)	458.615	473.762	-	-	458.615	473.762
Benefícios pós-emprego	532.985	820.209	-	-	532.985	820.209
	991.600	1.326.053	-	-	991.600	1.326.053
Total registrado	3.681.771	4.027.262	272.878	72.582	3.408.893	3.954.680

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.032.848	1.040.974	-	-	1.032.848	1.040.974
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	18.291	66.781	(18.291)	(66.781)
Provisão para litígios	451.982	594.407	-	-	451.982	594.407
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	588.560	508.951	-	-	588.560	508.951
Provisão ativo regulatório	461.031	461.031	-	-	461.031	461.031
Repactuação de risco hidrológico	-	-	254.587	-	(254.587)	-
<i>Hedge accounting</i> operacional	2.818	2.170	-	-	2.818	2.170
Atualização de benefícios pós-emprego	74.085	-	-	-	74.085	-
Outras provisões	71.818	84.960	-	5.801	71.818	79.159
	<u>2.683.142</u>	<u>2.692.493</u>	<u>272.878</u>	<u>72.582</u>	<u>2.410.264</u>	<u>2.619.911</u>
Efeito em outros resultados abrangentes						
<i>Hedge accounting</i> operacional	-	19.915	-	-	-	19.915
Custo atribuído de imobilizado (Nota 26.4)	458.615	473.762	-	-	458.615	473.762
Benefícios pós-emprego	532.985	820.209	-	-	532.985	820.209
	<u>991.600</u>	<u>1.313.886</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>991.600</u>	<u>1.313.886</u>
	<u>3.674.742</u>	<u>4.006.379</u>	<u>272.878</u>	<u>72.582</u>	<u>3.401.864</u>	<u>3.933.797</u>

11.3. Realização estimada do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções financeiras realizadas tiveram os seguintes resultados, considerando a previsão de realização das principais diferenças temporárias pela Companhia e sua controlada com efeito em resultado.

	Consolidado							
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	2031 a 2036	A partir de 2037	Total
Realização estimada de diferido com efeito em resultado								
Prejuízo fiscal e base negativa	-	140.393	102.542	193.875	174.958	423.488	-	1.035.256
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(534)	(8.056)	(9.701)	-	-	-	-	(18.291)
Provisão para litígios	13.194	199.082	239.706	-	-	-	-	451.982
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	17.159	34.318	34.318	34.318	34.318	102.955	331.174	588.560
Provisão ativo regulatório	-	107.489	124.636	146.392	82.514	-	-	461.031
Repactuação de risco hidrológico	(12.537)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(43.678)	(140.136)	(254.587)
<i>Hedge accounting</i> operacional	4.318	-	-	-	-	-	-	4.318
Atualização de benefícios pós-emprego	74.085	-	-	-	-	-	-	74.085
Contratos futuros de energia	2.790	-	-	-	-	-	-	2.790
Outras provisões	20.869	27.361	8.356	7.566	2.940	1.165	3.892	72.149
	<u>119.344</u>	<u>486.028</u>	<u>485.298</u>	<u>367.592</u>	<u>280.171</u>	<u>483.930</u>	<u>194.930</u>	<u>2.417.293</u>
Realização estimada de diferido da reserva do PL com efeito em resultado								
Custo atribuído de imobilizado	15.140	30.280	30.280	30.280	30.280	90.840	231.515	458.615
	<u>15.140</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>90.840</u>	<u>231.515</u>	<u>458.615</u>
	<u>134.484</u>	<u>516.308</u>	<u>515.578</u>	<u>397.872</u>	<u>310.451</u>	<u>574.770</u>	<u>426.445</u>	<u>2.875.908</u>

O montante de R\$ 532.985, em 31 de dezembro de 2021, referente à benefício pós emprego reconhecido em outros resultados abrangentes, de acordo com a Administração da Companhia, não possui previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal das atividades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	2031 a 2036	A partir de 2037	Total
Realização estimada de diferido com efeito em resultado								
Prejuízo fiscal e base negativa	-	140.232	102.220	193.553	174.636	422.207	-	1.032.848
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(534)	(8.056)	(9.701)	-	-	-	-	(18.291)
Provisão para litígios	13.194	199.082	239.706	-	-	-	-	451.982
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	17.159	34.318	34.318	34.318	34.318	102.955	331.174	588.560
Provisão ativo regulatório	-	107.489	124.636	146.392	82.514	-	-	461.031
Repactuação de risco hidrológico	(12.537)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(43.678)	(140.136)	(254.587)
<i>Hedge accounting</i> operacional	2.818	-	-	-	-	-	-	2.818
Atualização de benefícios pós-emprego	74.085	-	-	-	-	-	-	74.085
Outras provisões	20.538	27.361	8.356	7.566	2.940	1.165	3.892	71.818
	<u>114.723</u>	<u>485.867</u>	<u>484.976</u>	<u>367.270</u>	<u>279.849</u>	<u>482.649</u>	<u>194.930</u>	<u>2.410.264</u>
Realização estimada de diferido da reserva do PL com efeito em resultado								-
Custo atribuído de imobilizado	15.140	30.280	30.280	30.280	30.280	90.840	231.515	458.615
	<u>15.140</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>30.280</u>	<u>90.840</u>	<u>231.515</u>	<u>458.615</u>
	<u>129.863</u>	<u>516.147</u>	<u>515.256</u>	<u>397.550</u>	<u>310.129</u>	<u>573.489</u>	<u>426.445</u>	<u>2.868.879</u>

11.4. Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do período e no resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	3.954.680	1.877.412	3.933.797	1.877.412
Efeitos no resultado do exercício	(246.097)	1.496.603	(244.410)	1.487.887
Efeitos em outros componentes do resultado abrangente				
<i>Hedge accounting</i> operacional	(32.082)	45.218	(19.915)	33.051
Benefícios pós-emprego	(267.608)	535.447	(267.608)	535.447
Saldo final do exercício	<u>3.408.893</u>	<u>3.954.680</u>	<u>3.401.864</u>	<u>3.933.797</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.5. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	705.439	256.798	703.718	254.333
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	(239.849)	(87.311)	(239.264)	(86.473)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprio	-	51.000	-	51.000
Equivalência patrimonial	-	-	1.096	1.657
Incentivo fiscal	395	1.804	395	1.769
Outras exclusões permanentes, líquidas	(6.521)	(7.006)	(6.481)	(7.001)
	(6.126)	45.798	(4.990)	47.425
Outros	(18.637)	-	(18.637)	-
	(18.637)	-	(18.637)	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos conforme projeções de recuperabilidade	-	1.513.477	-	1.513.477
IRPJ e CSLL apurados	(264.612)	1.471.964	(262.891)	1.474.429
IRPJ e CSLL no resultado				
Correntes	(18.515)	(24.639)	(18.481)	(13.458)
Diferidos	(246.097)	1.496.603	(244.410)	1.487.887
	(264.612)	1.471.964	(262.891)	1.474.429
Taxa efetiva - %	37,51	(573,20)	37,36	(579,72)

12. Ativos sujeitos à indenização

12.1. Política contábil

Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Companhia efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor ofertado pelo Poder Concedente, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente. Em dezembro de 2020, com o fim da operação temporária da UHE Jaguari, a Companhia reclassificou o valor residual do ativo imobilizado para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização. Os ativos sujeitos a indenização sofrerão atualização financeira conforme prazos e índice a serem definidos.

12.2. Composição e movimentação

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de Poder Concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em razão das condições estabelecidas pelo Poder Concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021.

	Consolidado e controladora					
					2021	2020
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupuí	Jaguari	Total	Total
Composição dos ativos sujeitos a indenização						
Ativos sujeitos à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
Ativos sujeitos a indenização (líquido)	1.717.362	2.028	-	19.771	1.739.161	1.739.161

	Consolidado e controladora					
					2021	2020
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupuí	Total	Total	
Composição do ajuste ativo contingente						
Ativo regulatório		(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)	(1.360.386)
Custo atribuído (<i>deemed cost</i>)		(1.264.198)	-	-	(1.264.198)	(1.264.198)
Portaria MME nº 458		-	2.028	-	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)	(2.622.556)	

12.2.1 Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13.

Em razão do término da concessão para operação da UHE Três Irmãos, foi definido, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), o valor de indenização a ser pago à CESP, "*referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013*". O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado acima, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.

12.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da Companhia foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupia – R\$ 304.492, respectivamente).

12.2.3 Usina Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a Companhia como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari (“UHE Jaguari”), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a Companhia reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguari

13. Investimentos

13.1. Política contábil

Os investimentos em entidades controladas são avaliados nas demonstrações individuais da Companhia pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

a) *Impairment* de investimentos

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) para fins de teste de *impairment*.

A Companhia não identificou indícios de *impairment* para seu investimento, em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2. Composição

Abaixo está apresentado o investimento avaliado por equivalência patrimonial:

	Informações em 31 de dezembro de 2021			Saldo		Resultado de equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	Controladora			
				2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	68.410	3.224	100,00	68.410	31.176	3.224	4.874
				<u>68.410</u>	<u>31.176</u>	<u>3.224</u>	<u>4.874</u>

13.3. Movimentação

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	31.176	51.102
Equivalência patrimonial	3.224	4.874
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos (Nota 26.5)	23.618	(23.618)
Integralização de capital em investida	10.000	-
Aumento de capital em investida via dividendos deliberados	1.158	-
Dividendos recebidos	-	(24)
Dividendos mínimos obrigatórios	(766)	(1.158)
Saldo final do exercício	<u>68.410</u>	<u>31.176</u>

13.4. Informações da investida

Apresentamos a seguir um resumo com as principais informações financeiras da controlada:

Balanco Patrimonial - CESP Comercializadora S.A.	2021	2020
Ativo		
Circulante	456.294	279.012
Não circulante	348.725	46.180
Total do ativo	<u>805.019</u>	<u>325.192</u>
Passivo		
Circulante	398.912	261.489
Não Circulante	337.697	32.527
Patrimônio Líquido	68.410	31.176
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>805.019</u>	<u>325.192</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado - CESP Comercializadora S.A.	2021	2020
Receita líquida	1.092.771	772.063
Custo do serviço de energia elétrica	(1.093.226)	(734.023)
Lucro bruto	(455)	38.040
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(10.387)	(10.658)
Outras receitas operacionais, líquidas	13.265	(21.467)
	2.878	(32.125)
Resultado financeiro líquido	2.522	1.423
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.945	7.338
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(33)	(11.180)
Diferidos	(1.688)	8.716
Lucro líquido do exercício	3.224	4.874

14. Imobilizado

14.1. Política contábil

c) Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

d) Custos socioambientais

Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2. Composição e movimentação

	Consolidado e controladora											
	Em operação						Em andamento			2021	2020	
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Total	Total
Custo	310.534	8.935.746	2.361.564	2.394.799	6.119	3.015	148.162	1.541	4.143	2.009	14.167.632	14.362.461
Provisão para <i>impairment</i>	(37.248)	(866.551)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	-	-	(1.496.914)	(1.496.914)
Depreciação acumulada	(15.903)	(3.862.236)	(1.503.146)	(1.295.860)	(4.662)	(996)	(31.486)	-	-	-	(6.714.289)	(6.559.604)
Saldo líquido inicial do exercício	257.383	4.206.959	582.269	781.973	1.457	2.019	116.676	1.541	4.143	2.009	5.956.429	6.305.943
Adições	-	-	-	675	-	-	49.858	-	6.336	-	56.869	10.479
Baixas	(4)	-	(2.651)	(11)	-	-	-	(1.509)	-	(146)	(4.321)	(10.314)
Ativações	-	-	-	6.442	-	-	-	(32)	(5.037)	(1.373)	-	-
Transferências (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(253)	(490)	(743)	(19.771)
Depreciação	(5.760)	(223.708)	(49.559)	(34.201)	(319)	(123)	(14.585)	-	-	-	(328.255)	(337.497)
Reclassificação para ativos mantidos para venda (b)	(7.679)	-	(808)	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)	-
Reversão de provisão para <i>impairment</i> (Nota 15.3(b))	-	50.932	-	-	-	-	-	-	-	-	50.932	7.589
Saldo final do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	-	5.189	-	5.722.424	5.956.429
Custo	302.851	8.935.746	2.358.105	2.401.905	6.119	3.015	198.020	-	5.189	-	14.210.950	14.342.855
Provisão para <i>impairment</i>	(37.248)	(815.619)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	-	-	(1.445.982)	(1.489.325)
Depreciação acumulada	(21.663)	(4.085.944)	(1.552.705)	(1.330.061)	(4.981)	(1.119)	(46.071)	-	-	-	(7.042.544)	(6.897.101)
Saldo líquido final do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	-	5.189	-	5.722.424	5.956.429
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,0%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%					

(a) As transferências do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021, tratam-se de ativações realizadas no intangível, na classe de *Software* e licença de uso (Nota 15.2).

(b) .O montante de R\$ 8.847 refere-se ao projeto de vendas de imóveis não operacionais que foram transferidos para rubrica de Ativos disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3. Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ R\$ 890.254 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 919.658 em 31 de dezembro de 2020), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Consolidado e controladora		
	Custo atribuído	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1/1/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.954.203)	1.684.429	(3.269.774)
Reclassificação referente a ativos UHE Jaguari	7.505	(2.552)	4.953
Saldo final em 31/12/2020	(1.393.420)	473.762	(919.658)
Realização no exercício (depreciação)	44.551	(15.147)	29.404
Saldo final em 31/12/2021	(1.348.869)	458.615	(890.254)

15. Intangível

15.1. Política contábil

a) Software e licença de uso

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

b) Repactuação risco hidrológico

Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e a garantia física total delas. Soma-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença.

A Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (Generation Scaling Factor ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica.

Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na nota 1.1 (c), em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de prazo de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, resultando no reconhecimento da repactuação do risco hidrológico no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC, que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC- 04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

c) UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP (vide nota 19.1).

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

15.2. Composição e movimentação

	Consolidado e controladora						
	Em operação				Em andamento	2021	2020
	Software e licença de uso	Repactuação risco hidrológico	UBP - Uso do bem público	Outorga	Software e licença de uso	Total	Total
Custo	26.446	26.134	171.966	1.398.703	5.171	1.628.420	1.635.372
Depreciação acumulada	(19.576)	(10.251)	(10.419)	(78.279)	-	(118.525)	(60.072)
Saldo líquido inicial do exercício	6.870	15.883	161.547	1.320.424	5.171	1.509.895	1.575.300
Adições	-	781.974	11.153	-	790	793.917	2.842
Baixas	-	-	-	-	-	-	(9.794)
Ativações	3.180	-	-	-	(3.180)	-	-
Transferências	743	-	-	-	-	743	-
Amortização	(4.215)	(34.693)	(5.763)	(46.623)	-	(91.294)	(58.453)
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 15.3(b))	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	-
Saldo final do exercício	6.578	463.712	166.937	1.273.801	2.781	1.913.809	1.509.895
Custo	30.369	808.108	183.119	1.398.703	2.781	2.423.080	1.628.420
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	-
Amortização acumulada	(23.791)	(44.944)	(16.182)	(124.902)	-	(209.819)	(118.525)
Saldo líquido final do exercício	6.578	463.712	166.937	1.273.801	2.781	1.913.809	1.509.895
Taxas médias anuais de depreciação - %	4,9%	8,1%	3,3%	3,3%			

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.3. Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação do *impairment*

Conforme política contábil, a Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador e do intangível da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado, onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos durante sua vida útil e até o fim das concessões. O fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação da usina de Paraibuna, conforme indicado na nota 1.2.(c).
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraibuna. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, conseqüentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,46% a.a. (6,99% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), considerada pela Administração compatível com o mercado.

As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

b) Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera houve constituição de provisão de *impairment* no montante de R\$ 299.452 referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível (vide nota 15.2) e reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado, totalizando o montante de R\$ 248.520, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (vide nota 5).

Usina	Consolidado e controladora		
	2021		
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Provisão de <i>impairment</i>
UHE Porto Primavera	7.806.578	7.558.058	(248.520)
UHE Paraibuna	41.493	41.493	-
	7.848.071	7.599.551	(248.520)

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas de longo prazo utilizadas no teste de *impairment*:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade		Consolidado e controladora		
GSF		-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
Impairment		(351.251)	(248.520)	(145.789)
Preço de energia		-R\$5,00/MWh	Atual	+R\$5,00/MWh
Impairment		(393.075)	(248.520)	(103.965)

16. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda (a)	104.812	68.422	22.137	10.041
Energia de curto prazo – CCEE (a)	196	5.375	196	5.375
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 25) (a)	2.313	2.312	6.929	-
Encargos de uso da rede elétrica (b)	24.212	19.497	24.212	19.497
Fornecedores de materiais e serviços	9.392	7.474	9.381	7.429
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 25)	339	-	333	-
	141.264	103.080	63.188	42.342

- (a) Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face a garantia física das UHEs da Companhia.
- (b) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição – TUST/TUSD, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.896 de 13 de julho de 2021.

17. Debêntures

17.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

17.2. Composição

		Consolidado e controladora							
		2021							
		Circulante				Não circulante			
Encargos financeiros anuais	Encargos	Principal	Custo de captação	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	1.114	75.000	(483)	75.631	225.000	(1.450)	223.550	299.181
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	27.401		(5.014)	22.387	1.712.787	(38.442)	1.674.345	1.696.732
		28.515	75.000	(5.497)	98.018	1.937.787	(39.892)	1.897.895	1.995.913

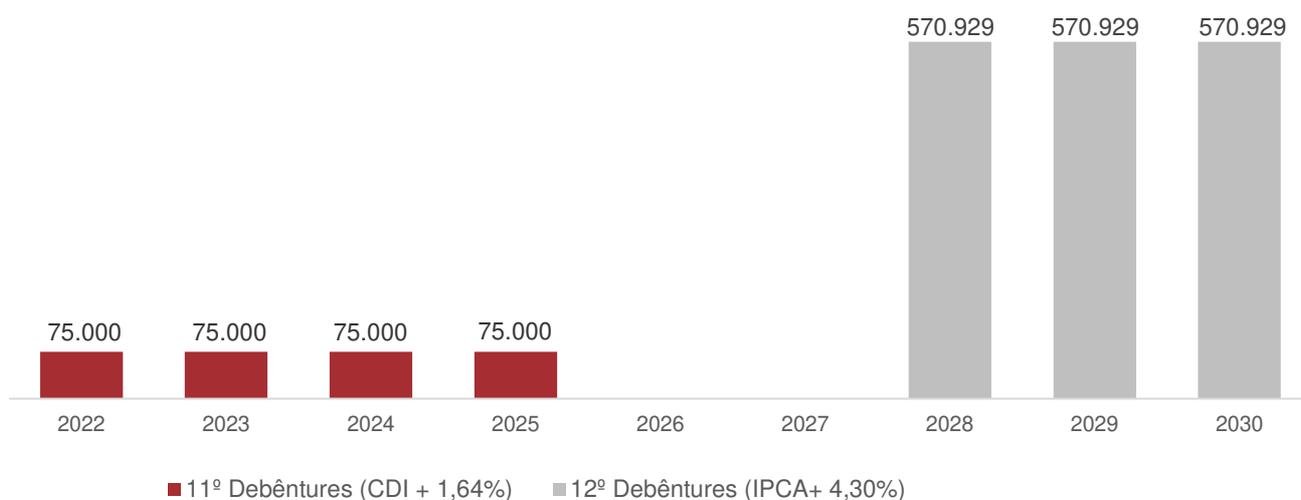
		Consolidado e controladora							
		2020							
		Circulante				Não circulante			
Encargos financeiros anuais	Encargos	Custo de captação	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total		
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	293	(484)	(191)	299.999	(1.932)	298.067	297.876	
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	23.425	(5.014)	18.411	1.546.245	(43.458)	1.502.787	1.521.198	
		23.718	(5.498)	18.220	1.846.244	(45.390)	1.800.854	1.819.074	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contratos de dívida (debêntures) sem *covenants* (cláusulas restritivas) financeiros, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 22.500 na rubrica de Outros Passivos (Nota 24) em contrapartida com as Despesas financeiras (Nota 6), em decorrência da antecipação de prêmio para obtenção de anuência dos debenturistas da 12ª emissão em relação a reorganização societária atualmente em curso e já mencionada na Nota Explicativa 1.2.

17.3. Cronograma de vencimentos de principal de debêntures



17.4. Movimentação

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.819.074	1.784.125
Captações	-	1.500.000
Custos de captação	-	(50.134)
Juros e encargos de dívidas	88.424	83.840
Atualização monetária	166.544	46.244
Apropriação dos custos de captação	5.498	3.658
Apropriação de custos de captação - Liquidação 11ª emissão de debêntures	-	14.465
Amortização do principal	-	(1.500.032)
Amortização de juros	(83.627)	(63.092)
Saldo final do exercício	1.995.913	1.819.074

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou amortizações de juros referente às 11ª e 12ª emissões de debêntures, que possuem juros remuneratórios sobre o valor nominal unitário, pagos nos meses de fevereiro, junho, agosto e dezembro de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Encargos setoriais

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	69	149
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	6.440	8.580
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	444	620
Quotas para P&D - FNDCT	1.039	969
Quotas para P&D - MME	520	490
Quotas para P&D - CDE	312	-
P&D - Projetos (a)	11.346	65.699
	20.170	76.507
Não circulante		
P&D - Projetos (a)	-	1.240
		1.240
	20.170	77.747

(a) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 9) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

19. UBP - Uso do bem público

19.1. Política contábil

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

19.2. Composição e movimentação

	Consolidado e controladora			
	UBP	(-) Ajuste a valor presente	2021	2020
Saldo inicial do exercício	167.948	(12.584)	155.364	187.630
Realização do ajuste a valor presente	-	5.631	5.631	6.791
Reavaliação do fluxo de desembolso	14.754	(3.601)	11.153	(9.794)
Pagamentos	(42.155)	-	(42.155)	(29.263)
Saldo final do exercício	140.547	(10.554)	129.993	155.364
Circulante	42.462	-	42.462	41.307
Não circulante	98.085	(10.554)	87.531	114.057
	140.547	(10.554)	129.993	155.364

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Obrigações socioambientais

20.1. Política contábil

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação (“LO”) Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018, são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

20.2. Composição e movimentação

	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta (TAC)	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado e controladora	
				2021	2020
Saldo inicial do exercício	163.734	52.466	(35.025)	181.175	188.010
Reavaliação do fluxo de desembolso - licença ambiental	64.891	-	(15.033)	49.858	(9.773)
Reavaliação do fluxo de desembolso - TAC	-	7.607	-	7.607	4.206
Pagamentos	(11.133)	(6.157)	-	(17.290)	(9.642)
Realização do ajuste a valor presente	-	-	4.488	4.488	8.374
Saldo final do exercício	217.492	53.916	(45.570)	225.838	181.175
Circulante	30.958	7.055	-	38.013	28.426
Não Circulante	186.534	46.861	(45.570)	187.825	152.749
	217.492	53.916	(45.570)	225.838	181.175

21. Contratos futuros de energia

21.1. Política contábil

A controlada da Companhia realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional. Conforme mencionado na nota 2.2, a partir de junho de 2021, a Companhia passou a mensurar a valor justo toda a sua carteira de contratos, que anteriormente era limitada àqueles com prazo de até 36 meses.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2. Composição

	2021			Consolidado 2020		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante	270.815	(282.619)	(11.804)	103.139	(120.475)	(17.336)
Não circulante	341.292	(337.697)	3.595	25.297	(29.405)	(4.108)
	612.107	(620.316)	(8.209)	128.436	(149.880)	(21.444)

21.3. Movimentação

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo líquido inicial do exercício	(21.444)	-
Novos contratos	(74.451)	7.067
Realização	87.796	(28.757)
Marcação a mercado	(110)	246
Saldo líquido final do exercício	(8.209)	(21.444)

22. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

22.1. Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

22.2. Plano de migração CESP e equacionamento do déficit

O equacionamento de déficit apurados na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC N°30/2018.

Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de dezembro de 2020, as medidas foram aprovadas pelo Conselho deliberativo da Vivest, e em 30 de agosto de 2021, as medidas foram aprovadas pela PREVIC, dando início ao processo de migração opcional que deverá ser concluído em março de 2022. Com a aprovação, a Companhia iniciou as palestras com os beneficiários.

No processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os benefícios que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado.

Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada.

O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida.

22.3. Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

22.3.1 Premissas atuariais

	2021			2020		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	5,26%	5,26%	5,26%	3,21%	3,21%	3,21%
Taxa de crescimento salarial	Eliminada devido ao saldamento			NA	4,28%	4,28%
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	Eliminada devido ao saldamento			Experiência Vivest		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%			AT - 1949		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	62	155	87	58	145	137
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.307	1.935	1.037	4.379	1.916	1.015
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	148	65	25	156	69	26
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.227	231	84	1.154	205	75

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3.2 Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

a) Planos BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

b) Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os auto-patrocinados estão incluídos entre os participantes.

c) Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

22.4. Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	6.421.859	1.017.539	142.799	7.582.197
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	6.953.078	1.123.809	159.993	8.236.880

Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	57.604	-	1.664	59.268
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2022	611.861	76.367	13.379	701.607
2023	621.375	78.643	13.717	713.735
2024	630.013	81.184	13.981	725.178
2025	637.616	83.551	14.352	735.519
2026	643.989	86.076	14.663	744.728
2027 a 2031	3.260.708	467.303	78.289	3.806.300

Valor justo dos ativos do plano de benefícios	BSPS		BD		CV	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos						
Disponível	-	551	-	144	-	113
Recebível	579.328	1.362	149	1	10.438	-
Investimento	5.199.132	5.307.713	986.255	996.570	131.406	136.631

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	5.778.460	5.309.626	986.404	996.715	141.844	136.744
Passivos						
Obrigações	(142.279)	(140.943)	(4.900)	(4.556)	(1.020)	(754)
Fundos não previdenciais	(1.760)	(3.656)	-	-	-	-
Saldos de conta CD	-	-	(7.421)	-	(21.406)	(28.259)
Valor justo	5.634.421	5.165.027	981.504	992.159	133.403	107.731

22.4.1 Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Valor da obrigação atuarial líquida	7.897.265	8.449.397
Valor justo dos ativos dos planos	(6.111.766)	(6.037.018)
Total do passivo líquido	1.785.499	2.412.379

22.4.2 Demonstração do passivo atuarial

	Consolidado e Controladora			
				2021
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente	-	1.564	188	1.752
Custo do serviço passado	-	1.861	-	1.861
Juros sobre a obrigação atuarial	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes	-	1.179	-	1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos) /perdas atuariais	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Juros sobre ativos do plano	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes	-	(1.179)	-	(1.179)
Contribuições do patrocinador	-	(527)	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Total do passivo líquido	1.645.163	95.521	44.815	1.785.499

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado e controladora			
	2020			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Custo do serviço corrente	-	(667)	178	(489)
Juros sobre a obrigação atuarial	388.022	63.703	9.082	460.807
Contribuições de participantes	-	2.468	-	2.468
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
(Ganhos) /perdas atuariais	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
Obrigação total no exercício	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.818.057)	(949.467)	(98.938)	(5.866.462)
Juros sobre ativos do plano	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes	-	(2.468)	-	(2.468)
Contribuições do patrocinador	-	(905)	(425)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Saldo inicial do superávit irre recuperável	-	37.644	-	37.644
Juros sobre o superávit irre recuperável	-	2.695	-	2.695
Mudança de superávit irre recuperável durante o exercício	-	(40.339)	-	(40.339)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido	-	-	-	-
Total do passivo líquido	2.150.653	183.518	78.208	2.412.379

22.4.3 Componentes do resultado do exercício

	Consolidado e controladora				
	2021				2020
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	1.564	188	1.752	(489)
Custo do serviço passado	-	1.861	-	1.861	-
Custo de juros sobre a obrigação	451.340	72.250	10.982	534.572	460.807
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)	(403.880)
Despesa sobre o "teto do ativo"	-	-	-	-	2.695
Despesa total	141.084	15.348	5.303	161.735	59.133

22.4.4 Movimentação de outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado				
	BSPS	BD	CV	2021	2020
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	937.420	204.587	22.032	1.164.039	1.772.244
Perda (ganho) atuarial de alterações de premissas	(1.326.619)	(280.729)	(44.087)	(1.651.435)	43.144
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)	(257.468)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício	-	-	-	-	(40.339)
Movimento em ORA durante o exercício	(646.574)	(102.818)	(37.690)	(787.082)	1.517.581
Efeitos de tributos diferidos (Nota 11.4)	219.835	34.958	12.815	267.608	(535.447)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(426.739)	(67.860)	(24.875)	(519.474)	982.134

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.5. Despesa / (receita) estimada para 2022 (não auditado)

	Consolidado e controladora			
	2022			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	-	-	125	125
Custo de juros sobre a obrigação	553.087	89.418	12.640	655.145
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(412.787)	(81.127)	(8.823)	(502.737)
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	140.300	8.291	3.942	152.533

23. Provisão para litígios

23.1. Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões, para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

23.2. Composição e movimentação

Em 31 de dezembro de 2021, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	Consolidado e Controladora					
					2021	2020
	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial do exercício	113.388	4.519	14.187	1.616.163	1.748.257	1.814.375
Atualizações	5.595	78	1.132	160.708	167.513	315.757
Provisão / (reversão)	(4.764)	1.177	54.611	(476.717)	(425.693)	(266.644)
(-) Pagamentos	(22.115)	(155)	(3.021)	(135.426)	(160.717)	(115.231)
Saldo final do exercício	92.104	5.619	66.909	1.164.728	1.329.360	1.748.257

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

A variação no contencioso cuja avaliação de probabilidade de perda é considerada como provável, foi decorrente principalmente da revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos, acordos judiciais e decisões ocorridas no período. Os destaques no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram os acordos referentes à ação dos Oleiros Ceramistas de Panorama, que era individualmente, o principal processo da carteira da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3. Expectativas sobre o volume de processos

Atualmente, as contingências decorrentes de litígios, judiciais ou administrativos, estão segregadas da seguinte forma:

Natureza	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas	92.104	51.404	5.967	149.475
Tributárias	5.619	436.007	152.173	593.799
Ambientais	66.909	344.340	602.375	1.013.624
Cíveis	1.164.728	1.307.272	4.211.266	6.683.266
Total em 31 de dezembro de 2021	1.329.360	2.139.023	4.971.781	8.440.164
Total em 31 de dezembro de 2020	1.748.257	2.913.234	5.549.260	10.210.751

As principais ações com probabilidade de perda consideradas possíveis encontram-se descritas, resumidamente, abaixo:

23.3.1 Ações trabalhistas

Companhia é parte em ações de natureza trabalhista, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas as responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros. A Companhia possui o total 120 processos com prognóstico de perda possível, totalizando R\$ 51.404 (R\$ 19.950 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

23.3.2 Ações tributárias

A Companhia possui o total de 122 ações judiciais tributárias com expectativa de perda considerada possível em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 436.007 (R\$ 453.415 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

23.3.3 Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.

Atualmente, a Companhia está envolvida em 541 ações judiciais ambientais cuja expectativa de perda é considerada possível, totalizando R\$ 344.340 (R\$ 90.753 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados nestes prognósticos.

23.3.3 Ações cíveis

A Companhia é parte em ações de natureza cível, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.

Atualmente, a Companhia está envolvida em 151 ações judiciais classificadas como cíveis cuja expectativa de perda é considerada possível, totalizando R\$ 1.307.272 (R\$ 2.242.308 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Outros passivos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Vivest (Nota 25)	126	-	113	-
Acordo extrajudicial Estado do MS	8.091	6.594	8.091	6.594
Provisão para despesas do fundo de educação	4.400	5.243	4.388	5.240
Seguros a pagar	4.539	47	4.537	46
Obrigação de fazer	8.388	-	8.388	-
Adiantamentos diversos	3.199	2.860	3.199	2.860
Provisão para serviços	17.742	5.368	17.742	5.368
Acordos judiciais (a)	26.201	-	26.201	-
Provisão para prêmio de cláusulas contratuais (Notas 6 e 17)	22.500	-	22.500	-
Outros	1.789	2.794	1.788	2.790
	<u>96.975</u>	<u>22.906</u>	<u>96.947</u>	<u>22.898</u>
Não circulante				
Acordo extrajudicial Estado do MS	40.457	39.893	40.457	39.893
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão)	4.010	4.937	4.010	4.937
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais	3.083	2.655	3.083	2.655
	<u>47.550</u>	<u>47.485</u>	<u>47.550</u>	<u>47.485</u>
	<u>144.525</u>	<u>70.391</u>	<u>144.497</u>	<u>70.383</u>

(a) Trata-se de acordos judiciais na esfera cível celebrados em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Transações com partes relacionadas

25.1. Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

25.2. Composição

Empresas	Nota	Natureza da operação	Consolidado		
			2021		
			Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Receita/ (despesa)
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	7.1 e 15	Compra e venda de energia	8.328	2.313	55.988
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	15	Fornecedores de serviços	-	-	(6)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	15	Fornecedores de serviços	-	-	(3)
Instituto Votorantim		Doações	-	-	(318)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar	-	153.929	-
Votorantim S.A.	15	Fornecedores de serviços	-	339	(3.858)
Vivest	8 e 21	Benefícios pós-emprego	123	126	(3.613)
Banco Votorantim S.A.		Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(18.008)
			8.451	156.707	30.182

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado				
			2020				
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo	Passivo		Resultado	
			Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receita/ (despesa)
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	8,1 e 16	Compra e venda de energia	7.562	2.312	-	-	53.888
Nexa Recursos Minerais S.A.	9	Outros ativos	3.482	-	-	-	-
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.		Fornecedores de serviços	-	-	-	-	(68)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.		Fornecedores de serviços	-	-	-	-	(415)
Instituto Votorantim		Doações	-	-	-	-	(1.665)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar	-	229.213	-	-	-
Votorantim S.A.		Fornecedores de serviços	-	-	-	-	(3.610)
Vivest	9	Benefícios pós-emprego	12.536	-	-	-	489
Banco Votorantim S.A.		Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros derivativos	85.044	25.548	1.579	17.904	(56.249)
			108.624	257.073	1.579	17.904	(7.630)

			Controladora			
			2021			
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo	Passivo		Resultado
			Circulante	Circulante	Receita/ (despesa)	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	7.1	Compra e venda de energia	8.328	-	-	80.693
CESP Comercializadora de Energia S.A.	7.1 e 15	Compra e venda de energia, serviços e dividendos a receber	22.318	6.929	-	166.202
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	15	Fornecedores de serviços	-	-	-	(6)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.	15	Fornecedores de serviços	-	-	-	(3)
Instituto Votorantim		Doações	-	-	-	(318)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar	-	153.929	-	-
Votorantim S.A.	15	Fornecedores de serviços	-	333	-	(3.839)
Vivest	8 e 21	Benefícios pós-emprego	123	113	-	(3.613)
Banco Votorantim S.A.		Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(531)
			30.769	161.304	-	238.585

Controladora

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Nota	Natureza da operação	2020			
			Ativo	Passivo	Resultado	
			Circulante	Circulante	Patrimônio Líquido	Receita/(despesa)
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	8	Compra e venda de energia	7.562	-	-	79.800
CESP Comercializadora de Energia S.A.	8	Compra e venda de energia	33.418	-	-	307.672
Nexa Recursos Minerais S.A.	9	Outros ativos	3.482	-	-	-
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.		Fornecedores de serviços	-	-	-	(68)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.		Fornecedores de serviços	-	-	-	(415)
Instituto Votorantim		Doações	-	-	-	(1.665)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar	-	229.213	-	-
Votorantim S.A.		Fornecedores de serviços	-	-	-	(3.460)
Vivest	9	Benefícios pós-emprego	12.536	-	-	489
Banco Votorantim S.A.		Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros derivativos	85.044	2.831	1.869	(37.565)
			142.042	232.044	1.869	344.788

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração da Administração da Companhia, que inclui Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R\$ 8.792 (R\$ 8.765 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 7.131 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 6.728 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 1.661 referente a encargos sociais (R\$ 2.037 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias (CESP3), 7.386.323 ações preferenciais classe A (CESP5) e 210.948.549 ações preferenciais classe B (CESP6). O capital social pode ser aumentado, conforme o estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	Quantidade de ações - Em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Acionistas								
VTRM Energia e Participações S/A	102.091.755	93,52	-	-	28.928.300	13,71	131.020.055	40,01
	102.091.755	93,52	-	-	28.928.300	13,71	131.020.055	40,01
Outros								
Ações em tesouraria	25.980	0,02	84.515	1,14	2.560	-	113.055	0,03
Ações em circulação	7.050.066	6,46	7.301.808	98,86	182.017.689	86,29	196.369.563	59,96
	7.076.046	6,48	7.386.323	100,00	182.020.249	86,29	196.482.618	59,99
	109.167.801	100,00	7.386.323	100,00	210.948.549	100,00	327.502.673	100,00
Capital social por ações em R\$ Mil	1.991.815		134.767		3.848.851		5.975.433	

26.1.1 Direito das ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e
- Serão irresgatáveis.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste estatuto social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e com as ações preferenciais classe A;

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
 - Serão irresgatáveis.
- (c) A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto no caso previsto no Parágrafo Primeiro em relação a eleição de membros do Conselho de Administração.
- (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

26.2. Reservas de capital

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Refere-se a montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios, utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

26.3. Reserva de lucros

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Reserva legal (a)	280.230	258.188
Reserva estatutária (b)	597.544	597.544
Retenção de lucros (c)	1.078.890	1.078.783
Dividendos adicionais propostos (Nota 1.2 (b))	-	252.622
	1.956.664	2.187.137

- (a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;
- (b) A Reserva estatutária poderá ser constituída pela retenção de até 20% do saldo após já calculados os dividendos mínimos obrigatórios de 10% do capital social, deliberação da Assembleia Geral, limitando-se à 10% do capital social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a reserva estatutária está no seu limite, com saldo de R\$ 597.544;
- (c) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros, conforme projeções de fluxo de caixa e orçamentos de capital da Companhia aprovados pelos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

26.4. Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 14.3), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado e controladora			
	2021		2020	
	Custo atribuído ao imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldo inicial do exercício	(1.393.420)	473.762	(919.658)	(948.623)
Realização no exercício (depreciação)	44.551	(15.147)	29.404	24.012
Baixa referente a ativos UHE Jaguari	-	-	-	4.953
Saldo final do exercício	(1.348.869)	458.615	(890.254)	(919.658)

26.5. Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de *hedge* determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes (Nota 27.5.3).

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(1.965.797)	(895.886)	(1.965.797)	(895.886)
<i>Hedge accounting</i> operacional				
Provisão de <i>Hedge accounting</i> operacional	94.358	(132.995)	58.573	(97.210)
(-) IRPJ e CSLL diferidos	(32.082)	45.218	(19.915)	33.051
Provisão de <i>Hedge accounting</i> reflexo (Nota 13.3)	-	-	23.618	(23.618)
	62.276	(87.777)	62.276	(87.777)
Ajuste de benefício pós-emprego no exercício	787.082	(1.517.581)	787.082	(1.517.581)
(-) IRPJ e CSLL diferidos	(267.608)	535.447	(267.608)	535.447
	519.474	(982.134)	519.474	(982.134)
Saldo final do exercício	(1.384.047)	(1.965.797)	(1.384.047)	(1.965.797)

26.6. Ações em tesouraria

Em 30 de outubro de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de classe A de sua emissão.

Nos termos do Programa de Recompra, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adquirir (i) até 218.000 (duzentas e dezoito mil) ações preferenciais classe A nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 2,95% do total dessa classe de ação e 0,07% do capital social total da Companhia; e (ii) até 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 0,04% do total dessa classe de ação e 0,01% do capital social total da Companhia.

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou recompra de ações em tesouraria no montante de R\$ 3.332, referente à 25.977 ações ordinárias e 84.514 ações preferenciais classe A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em tesouraria 25.980 ações ordinárias, 84.515 ações preferenciais classe A e 2.560 ações preferenciais classe B, totalizando 113.055 ações de sua emissão.

26.7. Proposta de destinação do resultado

Conforme Estatuto Social da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal; e ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, será proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 389.381, provisionado no passivo.

26.7.1 Cálculo

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	440.827	1.728.762
(-) Reserva legal - 5%	(22.042)	(86.438)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(29.404)	(28.965)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	389.381	1.613.359
(-) Juros sobre capital próprio	-	(150.001)
(-) Dividendos obrigatórios (10% do capital social)	(389.381)	(447.542)
(=) Saldo de lucros acumulados	-	1.015.816
(-) Reserva estatutária (Expansão - Art 33. IV Estatuto Social)	-	(90.738)
(-) Dividendos adicionais propostos	-	(252.622)
(-) Retenção de lucros	-	(672.456)
(=) Saldo	-	-

26.7.2 Lucro por ação

	Consolidado e controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício (a)	440.827	1.728.762
Quantidade de ações (b)	327.503	327.503
Lucro por ação (a / b)	1,3460	5,2786

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2021 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

26.7.3 Dividendos e juros sobre capital próprio por ação

	Consolidado e controladora			
	2021		2020	
	Dividendos	Dividendo por ação	Dividendos e JCP	Dividendo e JCP por ação
Ações ordinárias - ON	128.225	R\$ 1,1748	283.374	R\$ 2,5963
Ações preferenciais classe A - PNA	13.327	R\$ 1,8252	19.112	R\$ 2,5963
Ações preferenciais classe B - PNB	247.829	R\$ 1,1748	547.678	R\$ 2,5963
	389.381		850.164	

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O negócio da Companhia e sua controlada compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	1	428.231	713.384	376.541	643.045
Aplicações financeiras (Nota 7.3)	1	77.751	-	77.751	-
Contas a receber (Nota 8)	1	268.439	272.817	176.044	213.276
Ativos sujeitos à indenização (Nota 12)	1	1.739.161	1.739.161	1.739.161	1.739.161
		<u>2.513.582</u>	<u>2.725.362</u>	<u>2.369.497</u>	<u>2.595.482</u>
Avaliados ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia (Nota 21)	2	612.107	128.436	-	-
		<u>612.107</u>	<u>128.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>3.125.689</u>	<u>2.853.798</u>	<u>2.369.497</u>	<u>2.595.482</u>
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Debêntures (Nota 17)	2	1.995.913	1.819.074	1.995.913	1.819.074
		<u>1.995.913</u>	<u>1.819.074</u>	<u>1.995.913</u>	<u>1.819.074</u>
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.4)	2	12.699	104.225	8.288	64.955
		<u>12.699</u>	<u>104.225</u>	<u>8.288</u>	<u>64.955</u>
Avaliados ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia (Nota 21)	2	620.316	149.880	-	-
		<u>620.316</u>	<u>149.880</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>2.628.928</u>	<u>2.073.179</u>	<u>2.004.201</u>	<u>1.884.029</u>

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.1. Índice de alavancagem financeiro e vencimento dos passivos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
EBITDA ajustado:				
Lucro líquido do exercício	440.827	1.728.762	440.827	1.728.762
Imposto de renda e contribuição social	264.612	(1.471.964)	262.891	(1.474.429)
Resultado financeiro	614.167	555.928	616.689	557.351
Depreciação e amortização	421.008	397.329	421.008	397.329
Equivalência patrimonial	-	-	(3.224)	(4.874)
EBITDA	1.740.614	1.210.055	1.738.191	1.204.139
PDV - Programa de Demissão Voluntária		14.998		14.998
Reversão da provisão para litígios	(425.693)	(266.644)	(425.693)	(266.644)
Repactuação de risco hidrológico	(781.974)	-	(781.974)	-
Baixa de depósitos judiciais	60.256	63.284	60.256	63.284
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado	248.520	(7.589)	248.520	(7.589)
EBITDA ajustado (a)	841.723	1.014.104	839.300	1.008.188
Dívida líquida:				
Debêntures (Nota 17)	1.995.913	1.819.074	1.995.913	1.819.074
Arrendamentos	5.467	6.488	5.467	6.488
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(428.231)	(713.384)	(376.541)	(643.045)
Aplicações financeiras (Nota 7.3)	(77.751)	-	(77.751)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.4)	12.699	104.225	8.288	64.955
Dívida líquida (b)	1.508.097	1.216.403	1.555.376	1.247.472
Índice de alavancagem financeira (b) / (a)	1,79	1,20	1,85	1,24

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes aos exercícios remanescentes no balanço patrimonial, até a data contratual de vencimento.

	Consolidado					Total
	Vencimentos					
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	
Em 31 de dezembro de 2021						
Debêntures (Nota 17)	98.018	139.004	64.488	560.902	1.133.501	1.995.913
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)	12.699	-	-	-	-	12.699
	110.717	139.004	64.488	560.902	1.133.501	2.008.612
Em 31 de dezembro de 2020						
Debêntures (Nota 17)	-	87.722	139.004	64.488	1.527.860	1.819.074
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)	95.084	9.141	-	-	-	104.225
	95.084	96.863	139.004	64.488	1.527.860	1.923.299
	Controladora					Total
	Vencimentos					
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	
Em 31 de dezembro de 2021						
Debêntures (Nota 17)	98.018	139.004	64.488	560.902	1.133.501	1.995.913
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)	8.288	-	-	-	-	8.288
	106.306	139.004	64.488	560.902	1.133.501	2.004.201
Em 31 de dezembro de 2020						
Debêntures (Nota 17)	-	87.722	139.004	64.488	1.527.860	1.819.074
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5.3)	58.936	6.019	-	-	-	64.955
	58.936	93.741	139.004	64.488	1.527.860	1.884.029

27.2. Risco de taxa de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem exposição em seu resultado operacional decorrente de contratos de venda de energia vinculados à taxa do dólar. Esta exposição é mitigada por meio de operações de *hedge*, conforme Nota 27.5.

27.3. Risco de taxa de juros / inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas as debêntures captadas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

Passivos vinculados às taxas	Consolidado e controladora	
	2021	2020
CDI	299.181	297.876
IPCA	1.696.732	1.521.198
	1.995.913	1.819.074

A Companhia considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "*spread*", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo captado (Nota 17).

27.4. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (i) para recebíveis decorrentes da receita do mercado regulado – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (ii) para recebíveis decorrentes da receita do mercado livre – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Além disso, os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*, sendo *rating* nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou rating em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). Para casos cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.4.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

	Consolidado		Rating local Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
AAA	455.145	491.221	403.490	420.924
AA+	29.700	79.988	29.700	79.988
AA	21.137	57.120	21.102	57.078
AA-	-	85.047	-	85.047
Sem rating	-	8	-	8
	505.982	713.384	454.292	643.045

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das agências.

27.5. Instrumentos financeiros derivativos

27.5.1 Política contábil

A Companhia possui programa de NDF - *Non Deliverable Forward* em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021. Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de *hedge*, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os derivativos contratados pela Companhia são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de "Outros resultados abrangentes" e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício.

27.5.2 Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia. A Companhia documenta, no início da operação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* são altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa de itens cobertos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.5.3 Composição

								Consolidado
Valor Principal		Unidade	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2021	
2021	2020							
Programas								
<i>Hedge de operações de venda de energia</i>								
<i>Non Deliverable Forward</i>								
11.000	122.000	USD Milhares	(104.225)	(114.905)	94.358	(112.073)	(12.699)	
11.000	122.000		(104.225)	(114.905)	94.358	(112.073)	(12.699)	
								Controladora
Valor Principal		Unidade	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2021	
2021	2020							
Programas								
<i>Hedge de operações de venda de energia</i>								
<i>Non Deliverable Forward</i>								
7.000	74.000	USD Milhares	(64.955)	(71.148)	58.573	(69.242)	(8.288)	
7.000	74.000		(64.955)	(71.148)	58.573	(69.242)	(8.288)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.6. Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

b) Contas a receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Investimentos

São registrados inicialmente pelo custo de aquisição, sendo avaliados posteriormente pelo método de equivalência patrimonial (MEP). É constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

d) Debêntures

A Companhia possui passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação,

A mensuração do valor justo das debêntures avaliadas segue a seguinte hierarquia de mensuração:

1 - Preços cotados em mercados para a Debêntures da 12ª emissão;

2 - Levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa para a Debênture da 11ª emissão

	Consolidado e controladora			
	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 11ª emissão	299.181	309.840	297.876	313.650
Debêntures - 12ª emissão	1.696.732	1.600.194	1.521.198	1.540.603
	<u>1.995.913</u>	<u>1.910.034</u>	<u>1.819.074</u>	<u>1.854.253</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis.

O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado.

f) Contratos futuros de energia

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme detalhado na Nota 21, a CESP Comercializadora realiza operações de compra e venda de energia, que são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e reavaliadas a valor justo na data do balanço.

27.7. Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, contratos futuros de energia, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, das taxas de juros CDI e IPCA, cupom de dólar e preços futuros de energia. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de risco	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Principal de debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Contratos futuros de energia	Unidade	Consolidado					
						Impactos no resultado					
						Cenário I			Cenários II & III		
						Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros											
BRL-CDI	505.780	301.114	61.386	-	BRL milhares	191bps	(28.809)	(5.833)	(11.667)	5.833	11.667
BRL-IPCA	-	1.740.188	-	-	BRL milhares	-456bps	79.353	43.766	87.532	(43.766)	(87.532)
Taxas de câmbio											
Dólar americano	-	-	11.000	-	USD milhares	-1,44%	880	15.341	30.682	(15.341)	(30.682)
MTM de energia elétrica											
Valor justo	-	-	-	8.209	BRL milhares		(8.209)	(22.178)	(36.148)	5.761	19.731

Fatores de risco	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Principal de debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Controladora					
					Impactos no resultado					
					Cenário I			Cenários II & III		
					Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros										
BRL-CDI	454.165	301.114	39.064	BRL milhares	191bps	(26.455)	(4.535)	(9.070)	4.535	9.070
BRL-IPCA	-	1.740.188	-	BRL milhares	-456bps	79.353	43.766	87.532	(43.766)	(87.532)
Taxas de câmbio										
Dólar americano	-	-	7.000	USD milhares	-1,44%	560	9.762	19.525	(9.762)	(19.525)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Risco do negócio

Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são:

28.1. Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.

A piora do cenário hidrológico em 2021, teve como consequência o aumento da exposição da Companhia, particularmente no segundo semestre do ano. Frente a este cenário, a Companhia aproveitou as janelas de oportunidade de mercado e comprou, ao longo de 2020 e 2021, a energia necessária para o equacionamento do balanço energético do ano.

28.2. Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão de duas usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

UHE	Vencimento
Paraibuna	3 de junho de 2022
Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)	13 de abril de 2056

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Seguros (não auditado)

A Companhia e sua controlada mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados pela Administração adequados aos riscos inerentes da operação.

Tipo	Cobertura	Vencimento	Limite máximo de indenização	Prêmio líquido anual
Patrimonial	Danos materiais e lucros cessantes	01/05/2023	200.000	4.100
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras	01/12/2022	40.000	238
D&O	Indenização aos administradores, reembolso ao tomador, entre outras	01/04/2022	80.000	300

30. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui os seguintes compromissos futuros de longo prazo considerados relevantes:

	Consolidado e controladora						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	5.720	5.603	5.603	5.603	5.603	164.357	192.489
Encargos de uso da rede elétrica	223.483	225.878	225.878	225.878	225.878	6.625.753	7.752.748
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	38.831	51.372	51.543	51.372	51.372	1.506.903	1.751.392
Encargos de conexão	158	160	160	160	160	4.707	5.508
Contratos de compra de energia	573.674	62.541	39.837	25.346	14.066	1.262	716.726
	841.867	345.555	323.021	308.359	297.079	8.302.982	10.418.863

31. Informações por segmento

A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os critérios do CPC 22 Informações por segmento e concluíram que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada por seus ativos ou comprada para revenda para a gestão de seu portfólio de energia. A Companhia e sua controlada possuem a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados.

32. Evento subsequente

a) Operação VTRM

Em 07 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da CESP concluiu e aprovou, de forma unânime, as negociações da relação de troca das ações da Companhia por ações de emissão da VTRM, conforme proposta enviada ainda em 2021 e descrito na nota 1.2(a).

A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da VTRM e o Comitê especialmente formado para monitoramento dessa operação, e na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores receberão, para cada 1 ação de emissão da Companhia de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e
- 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis.

A incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia por sua controladora VTRM foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de fevereiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda no contexto da operação, em 03 de fevereiro de 2022 foi concluída a reestruturação societária da VTRM, o qual houve a incorporação da Votorantim Geração de Energia S.A. e a contribuição de caixa de R\$ 1.500.000 pelo CPP. Com a conclusão da Operação VTRM, a VSA e o CPP passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente.

Em 16 de fevereiro de 2022 foram concluídas as anuências dos debenturistas das 11^o e 12^o emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária da Companhia - *Waiver* 11^o Emissão e *Waiver* 12^o Emissão.

Em 25 de fevereiro de 2022, a VTRM obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM e teve deferido o pedido de listagem na B3, com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado.

Essas ações eram condições precedentes à incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela VTRM.

Com o fim do prazo do exercício de direito de retirada dos acionistas dissidentes, em 23 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia as condições da incorporação de ações e do resgate das ações preferenciais VTRM e determinada a data de fechamento da transação em 25 de março de 2022. Nessa data, ocorreu o último dia de negociação das ações da Companhia na B3, passando a ser, a partir de então, subsidiária integral da VTRM.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

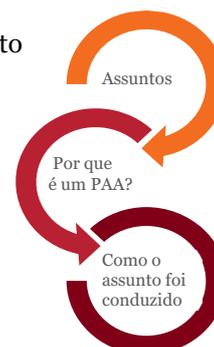
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.³

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





CESP - Companhia Energética de São Paulo

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e sua controlada não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.1.(c) e 11.(d)

Em setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de realocação de energia - MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais incluem as usinas UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera. O Conselho de Administração da CESP, havia aprovado a adesão à repactuação do risco hidrológico para tais usinas a partir da homologação e CESP não é parte de ação judicial sobre o tema.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível no valor total de R\$ 781.974 mil em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na demonstração do resultado. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. Em função da repactuação do risco hidrológico e a extensão do prazo de concessão, a Administração da CESP preparou estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro descontado das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável, e identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* na UHE Porto Primavera no montante de R\$ 299.452 mil, com reconhecimento no resultado do período na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

A elaboração de estimativas do valor recuperável do ativo intangível requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias relacionadas à repactuação.
- Avaliamos as aprovações realizadas pelos órgãos de governança.
- Confrontamos os valores homologados pela ANEEL com àqueles contabilizados pela CESP.
- Entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.
- Analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores contabilizados, as premissas utilizadas e os correspondentes cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as informações obtidas em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e por envolver julgamento da administração na determinação das premissas utilizadas nas análises de recuperabilidade.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entidade de previdência a empregados - Nota 22

Conforme descrito à Nota 22, a Companhia patrocina planos de assistência médica e aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram em 31 de dezembro de 2021, passivos líquidos no montante de R\$ 1.785.499 mil, os quais foram calculados com base em hipóteses atuariais que incluem taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, índices de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas de custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários aos referidos planos de benefício.

Os cálculos atuariais, base para determinação dessas obrigações, foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram as referidas hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre tais hipóteses atuariais.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses atuariais para a determinação do valor presente dos planos poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração,

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como, taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.
- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia.
- Teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de dezembro 2021.

Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e

Porque é um PAA

mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para litígios - Nota 23

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia possui provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais que são mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e causas no valor de R\$ 1.329.360 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento no montante de R\$ 2.139.023 mil e 4.971.781 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis e remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos em decorrência dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Esse assunto foi considerado como um dos

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração e existência dos processos da Companhia.
- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com assessores jurídicos.
- Discussão dos assuntos mais relevantes com os órgãos de governança da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Porque é um PAA

principais assuntos de auditoria considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderiam produzir impactos significativamente diferentes daquelas apurados pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*) - Nota 15.3

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 5.722.424 mil e R\$ 1.913.809 mil, referente a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

A Administração realiza anualmente o teste de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Adicionalmente, incluíram:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como análise das principais premissas utilizadas nas projeções.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas os cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as documentações apresentadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.



CESP - Companhia Energética de São Paulo

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 11

A Companhia e sua controlada apresentam, em 31 de dezembro de 2021, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.408.893 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera provável que haverá geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A Administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Adicionalmente, entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções envolvidas, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Também analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ativo sujeito a indenização - Nota 12

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui valor de indenização a receber, líquido de provisão para perdas, no montante de R\$ 1.739.161 mil. Esse ativo é oriundo da indenização prevista nos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jaguari. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, e estimou esse montante como um ativo incontroverso.

Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, tais como, determinação do valor incontroverso, ausência de atualização monetária do valor contabilizado, entre outros, que requerem o exercício de julgamento da

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros, o entendimento do histórico do processo administrativo, análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.

Também avaliamos, com o suporte de nossos especialistas, o processo em andamento, que foi uma das bases da administração para estimar o valor incontroverso envolvido.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito a indenização, bem como as



CESP - Companhia Energética de São Paulo

administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício.

divulgações efetuadas são consistentes com os dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



CESP - Companhia Energética de São Paulo

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



CESP - Companhia Energética de São Paulo

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.⁴

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Nova denominação de PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

⁴ Parágrafos adicionais obrigatórios para entidades listadas – ver itens 40(b) e (c) da NBC TA/ISA 700.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutação do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para Destinação do Resultado, Demonstração do Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2022.

Mesa:

Guillermo Oscar Braunbeck
Presidente

Mauro Mitsuru Nakamura
Secretário

Membros do Conselho Fiscal presentes:

Paulo Roberto Franceschi

Guillermo Oscar Braunbeck

Iara Pasian

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução da CVM no. 480/09, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração, e o relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base em documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 25 de março de 2022.

Mesa:

Sergio Ricardo Romani
Presidente

Mauro Mitsuru Nakamura
Secretário

Membros do Comitê de Auditoria presentes:

Sergio Ricardo Romani

Heraldo Gilberto de Oliveira

Marcos Antonio Quintanilha

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2021”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Interna e o Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 25 de março de 2022.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

Sergio Ricardo Romani

Heraldo Gilberto de Oliveira

Marcos Antonio Quintanilha

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.